



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 46ª
(QUADRAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais”.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito à Polícia Legislativa que autorize a entrada dos servidores na galeria para acompanhar a votação do Regime Jurídico Único.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência suspenderá a sessão por 5 minutos para que os Parlamentares e a assessoria possam finalizar o acordo a fim de que entremos na votação do RJU.

Está suspensa a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

(Sessão suspensa às 18h24min, a sessão é reaberta às 18h38min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a gentileza de incluir na pauta da sessão extraordinária a Moção nº 233, de 2011, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que a inclua como item extrapauta da sessão ordinária que encerramos anteriormente porque, nesta sessão extraordinária, só há projetos do Executivo na pauta.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que incluísse na pauta extraordinária projetos de lei de minha autoria, o Projeto de Lei nº 471, de 2011, e o Projeto de Lei nº 454, de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Também solicito à Assessoria de Plenário que os inclua como itens extrapauta da sessão extraordinária que foi convocada para ser realizada ainda no dia de hoje.

Solicito à Deputada Liliane Roriz que profira parecer pela Comissão de Assuntos Sociais, haja vista que foram apresentadas emendas de Plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a palavra para dizer que vou distribuir à imprensa e aos Deputados – e peço à V.Exa. que isso conste dos Anais desta Casa – um material que é proveniente da imprensa do Espírito Santo.

O título é: “Tiroteio, sangue e violência na passagem do agente Fernando Francischini pelo ES”. É esse famoso agente da Polícia Federal, ex-capitão da Polícia Militar, e atualmente Deputado Federal, que acusou gratuitamente o Governador Agnelo.

Portanto, a imprensa do Espírito Santo... Está aqui o material, e eu peço à V.Exa. a sua transcrição nos Anais da Casa. Ele fala do envolvimento dele com um grupo de extermínio no Estado do Espírito Santo. Ele estava envolvido com um grupo de extermínio no Estado do Espírito Santo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

Tenho aqui... Inclusive a Corregedoria de lá explicou. Diz aqui no final: "As diligências esclarecem que, na data dos fatos, o delegado titular da DP de São Torquato solicitou apoio à Secretaria de Segurança no sentido de viabilizar pessoal e equipamentos para a realização de operação destinada a desbaratar uma quadrilha na distribuição de notas de dinheiro falso".

Fala mais, Sr. Presidente, Deputado Patrício, que esse elemento era envolvido com escuta clandestina no Espírito Santo. Era ele, Deputado Joe Valle, o responsável pelo Guardião clandestino no Espírito Santo, porque não tinha sido comprado legalmente pela Polícia do Espírito Santo.

Portanto eu peço à V.Exa. a transcrição nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à assessoria que possa dar como lida a matéria da imprensa a que se refere o Deputado Chico Vigilante.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. tem de passar o material para a Mesa, ou para a Taquigrafia, para que a reportagem possa ser transcrita, porque senão não tem como ser acrescentado.

(Segue documento lido a que se refere o orador.)

Tiroteio, sangue e violência na passagem do agente Fernando Francischini pelo ES

Da Redação

Foto capa: Ricardo Medeiros



O agente da Polícia Federal Fernando Destito Francischini, que Rodney Miranda importou de Brasília, nomeando-o subsecretário de Segurança Pública na primeira gestão Paulo Hartung, notabilizou-se como operador do Guardião, equipamento de escuta telefônica cujo uso de maneira ilegal provocou um escândalo de repercussão nacional, atingindo gravemente a liberdade de

expressão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

Foi por ocasião do grampo na Rede Gazeta que seu nome começou a circular com insistência, no noticiário sobre o escândalo e em conversas de bastidores. No desenrolar da CPI do Grampo, criada na Assembléia Legislativa para investigar o caso e apontar os culpados – mas abortada pelo então presidente da Casa, deputado César Colnago (PSDB), como desfecho de uma operação-abafa do governo estadual –, ficou amplamente demonstrado que ele era o operador chefe da grampolândia.

Mas Francischini saiu incólume do episódio, como incólumes saíram todos os demais suspeitos de envolvimento no escândalo – figuras de destaque no Judiciário, no Executivo e nas esferas políticas –, já que o relatório final da CPI nem chegou a ser lido e as investigações, abruptamente encerradas, hoje dormem o sono eterno numa gaveta de algum gabinete do Ministério Público Estadual (MPE), órgão para o qual os anais foram encaminhados por iniciativa da deputada Aparecida Denadai (PDT).

Este é o perfil conhecido do agente federal Francischini. Ou era, até recentemente, quando ele apareceu nas séries de Século Diário sobre o caso Alexandre como chefe do grupo de policiais militares que ficou conhecido como “tropa de elite” na montagem da farsa do crime de mando Só que fatos tão ou mais graves quanto sua bisbilhotagem telefônica e suas ações para desqualificar o trabalho do então tenente-coronel Marcos Aurélio Capita da Silva, à época diretor adjunto da Divisão de Inteligência (Dint) da PM, o colocam em situação comprometedora em dois episódios marcados por sangue e violência.

São fatos que ocorreram simultaneamente às investigações policiais sobre o latrocínio que vitimou o juiz Alexandre Martins de Castro Filho, ocorrido no dia 24 de março de 2003. De acordo com a solução do Inquérito Policial Militar (IPM) aberto por meio de portaria do então corregedor da corporação, coronel Jonas de Brito Silva, datada de 28 de março daquele ano, e que teve como encarregado o tenente coronel Adilson Silva Tolentino, no dia seguinte à morte de Alexandre, às 18 horas, o soldado Jailson Ribeiro Soares, lotado na Dint, “caminhava, a paisana e desarmado, nas proximidades do edifício Palas Center, no Centro de Vitória, quando foi submetido a uma abordagem policial patrocinada pelo então subsecretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, e pelos militares estaduais que lhe acompanhavam, cabo PM Aduino, soldado PM Hélio Zeferino e soldado PM Reissalo”.

O texto acima, entre aspas, é do próprio corregedor, ao apreciar as conclusões do relatório final do IPM. Palavras dele: “Restou esclarecido que era rotina do SD JAILSON apanhar a esposa no final da jornada de serviço naquele endereço, mas no dia do episódio, mesmo sem estar praticando qualquer tipo de delito, foi compelido, sob ameaça de arma de fogo, a acompanhar os militares estaduais e o subsecretário até as dependências da Secretaria de Segurança Pública, no edifício Fábio Ruschi, em virtude da acusação de estar cogitando tirar a vida do subsecretário de Segurança.”

A abordagem e suas conseqüências foram registradas na corporação como sequestro. E não poderia ser diferente. O soldado Jailson foi despojado de seus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

pertences, impedido de fazer contato com sua esposa pelo telefone celular – que lhe foi tomado pelos PMs que o detiveram e entregue a Fernando Francischini – e permaneceu isolado por cerca de duas horas. O corregedor escreve: “Nas instalações da Secretaria, embora o SD JAILSON tenha sido identificado como policial militar lotado na Diretoria de Inteligência da PMES, e nada tenha sido confirmado sobre a conduta do Militar Estadual, este permaneceu detido por cerca de duas horas, sem que fosse garantida a comunicação com pessoa da família ou com advogado. Além desse tratamento, ao arrepio de qualquer das garantias previstas na Constituição Federal, o Militar Estadual revela ter sido insultado e ofendido verbalmente em várias ocasiões pelo CB ADAUTO.”

E adiante:

“Os autos do IPM revelaram não existir qualquer fundamento ou fragmento de prova nas acusações feitas por FERNANDO FRANCISCHINI. A própria Secretaria de Segurança Pública, até o momento, não informou a instauração ou início de qualquer investigação policial, com o objetivo de esclarecer os fatos em torno de “atentados” ou outras confubulações, conforme as denúncias formuladas pelo ex-subsecretário. Importa destacar também que, em torno do episódio, ficou definido que tanto o CB ADAUTO como o SD HÉLIO ZEFERINO haviam buscado, junto à Diretoria de Saúde da Polícia Militar, dispensas médicas para tratamento de saúde, e como consequência, no dia do fato, ambos deveriam estar em repouso nas suas residências, fato que, comprovadamente, não ocorria. Ao final do procedimento administrativo, o Encarregado do IPM relatou que no fato apurado haveria indícios de prática de crime de natureza comum a imputar-se ao cidadão FERNANDO DESTITO FRANCISCHINI, ex-subsecretário de Segurança Pública.”

A título de subsídio para melhor entendimento desses fatos, convém destacar que a mídia corporativa, na época, os noticiou como relativos a um atentado à vida de Francischini. É importante também frisar que o cabo Aauto e o soldado Zeferino, nas mesmas condições de saúde descritas pelo corregedor no caso do seqüestro do soldado Jailson, atuaram como membros do grupo que ficou conhecido como “tropa de elite” do secretário Rodney Miranda nas investigações que ele comandou com o objetivo de caracterizar como crime de mando o latrocínio de que foi vítima o juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Nas próximas reportagens desta série daremos mais detalhes do que foi apurado nesse IPM.

Quanto ao segundo IPM, também envolve membros desse grupo conhecido como “tropa de elite” e insere Francischini num caso policial que resultou em ferimento a bala de um bandido que estaria sendo conduzido para sofrer uma execução sumária (“justiçamento”, no jargão da criminalidade). O marginal ferido – com tiro disparado pelas costas – teria morrido em seguida. De qualquer modo, o que se sabe é que correu muito sangue nesse episódio.

Esse IPM foi aberto em 11 de novembro de 2003, por meio de portaria do corregedor da corporação na época, coronel João Batista de Oliveira. Ele teve dois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

encarregados – primeiro o capitão PM Amarildo da Silva e, depois, o major Ilton Borges Correa. As diligências foram acompanhadas por representante do Ministério Público. Foi investigada a conduta de militares do 4º Batalhão da Polícia Militar colocados à disposição da Secretaria de Estado da Segurança Pública. De acordo com a solução do encarregado, esses militares “envolveram-se operação policial no bairro Vale Encantado, Vila Velha-ES, na data de 24 de abril de 2003, ocasião em que houve troca de tiros, resultando em lesões corporais por projétil de arma de fogo no civil RUDI DO CARMO VIEIRA.”

O corregedor historia as investigações:

“As diligências esclarecem que, na data dos fatos, o Delegado titular da DP de São Torquato solicitou apoio à SESP no sentido de viabilizar pessoal e equipamentos para a realização de operação destinada a desbaratar uma quadrilha envolvida na distribuição de notas de dinheiro falso. O então Subsecretário de Segurança Pública, agente federal FERNANDO DESTITP FRANCISCHINI, determinou ao CAP PM RENATO CRISTIANES LACERDA, assessor militar daquela Secretaria, que disponibilizasse os meios necessários, no que o Oficial determinou aos Policiais Militares CB PM CLÁUDIO HACKBARTH AZAMBUJA DA SILVA (...), CB PM ADAUTO LUIZ DE SOUZA (...), SD HÉLIO ZEFERINO DE SOUZA, SD PM ELSIO ANTONIO RODRIGUES (...) e SD PM REISSALO ROMERO DO NASCIMENTO (...) e um policial civil identificado como GABRIEL que participassem das diligências.”

A ação, supostamente, seria para flagrar uma quadrilha de falsários de dinheiro. Mas acabou em tiroteio, com o bandido Rudi do Carmo Vieira baleado nas costas, o outro marginal, Anderson Oliveira da Silva, detido, e apreensão de dinheiro falso. O IPM registra contradições graves nos depoimentos dos PMS envolvidos no episódio, notadamente sobre a presença de Fernando Francischini no local. Surgiu, então, a informação de que, na verdade, Rudi fora levado a um determinado trecho do bairro Vale Encantado para ser morto e ter seu corpo “desovado” numa área conhecida como Areal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é impressionante o ataque à qualificação da Oposição, da forma como acontece.

Eu quero deixar registrado também, Sr. Presidente, que há muitos jornais que se prestam a fazer vários tipos de serviço. Como V.Exa. e vários outros Parlamentares aqui várias vezes defenderam a inocência do Governador Agnelo, inclusive um complô contra ele.

Então, o que eu gostaria de deixar claro é que é importante o respeito a um Deputado Federal que foi eleito pelo povo. E nós sabemos, sim, que existem vários delegados aqui que são pessoas íntegras e que no desenvolvimento das suas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

atividades tiveram também dificuldades. Isso é legítimo dessa carreira policial, que é uma carreira difícil, que é uma carreira em que as pessoas dedicam a vida.

Agora, eu acho que o Governador do Distrito Federal tem de se explicar. Tem de se explicar, e não atacar as pessoas que o acusam, porque isso é, no mínimo, uma falta de respeito com a Oposição. Então, eu só gostaria de deixar registrado também esse meu desabafo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar e fazer um elogio ao Deputado Chico Vigilante, que está levantando essa questão por um motivo muito simples. Eu não tenho a mínima dificuldade de dizer se esse Deputado Francischini é ladrão, ou bandido ou qualquer outro tipo de atitude que ele possa ter tido na vida dele. Não é essa a questão. A questão que eu levanto é por que um Deputado vem lá do Paraná meter a colher na nossa cidade para poder envolver a nossa terra na sujeira que eles fazem lá?

Essa... Não, não estamos questionando aqui Oposição ou Situação. Nós estamos questionando também, Deputada Celina Leão, que a senhora não deveria estar era incomodada de um Deputado vir lá do Paraná fazer uma denúncia e V.Exa. que está aqui não ter feito. Então, vamos botar os pingos nos is, eu acho que aí é covardia, ninguém está acudindo nenhum Parlamentar. Ele leu uma matéria que diz uma veracidade de um Deputado. Agora, se o Deputado é corrupto ou se o Deputado é ladrão, em nome de uma Oposição a senhora vai defendê-lo?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Vou, vou, Deputado.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – É errado. Vai defender... Mas por que a senhora não fez a acusação que ele está fazendo? Ah, tá de brincadeira!

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada, tá de brincadeira, é uma vergonha. Nós temos Deputados aqui na Casa que estão analisando a situação para ver qual é a condição. Agora, até o momento, não houve nenhum tipo de publicação da Polícia Federal ou uma acusação que mereça o pedido de prisão de um Governador. Ou V.Exa. está se esquecendo de que com isso a senhora está atrasando nossa cidade?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Raad Massouh, o senhor sabe que eu tenho o maior respeito por V.Exa. Se tem algo que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

eu nunca me neguei a fazer foi fiscalizar. V.Exa., inclusive, não assinou a CPI que deveria ter assinado.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Assinei, sim. V.Exa. está é mal informada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Calma, Deputado, é a minha vez.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Eu assinei. Eu assinei.

DEPUTADA CELINA LEÃO – É a minha vez.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Só um instante, Deputado Raad Massouh, a Deputada Celina Leão está com a palavra, a palavra é dela. Posteriormente V.Exa. pode me solicitar e eu posso conceder.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Se V.Exa. não sabe, eu já representei quatro vezes sobre essa situação no Ministério Público Federal. Pedi investigação para a Polícia Federal. Tenho feito muita coisa, sim.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Parabéns. Parabéns.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu tenho feito. Inclusive, eu convoquei uma comissão extraordinária aqui e não compareceu ninguém.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Parabéns a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agora, falar da honra das pessoas... Tá, Deputado Raad Massouh... V.Exa. sabe que eu tenho respeito por V.Exa. Eu tenho feito a minha parte de querer fiscalizar, de querer chegar à verdade. Inclusive, com muita honra, sem xingar o Governador, sem chamá-lo de ladrão...

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Parabéns.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Pedindo investigação. Pedindo investigação. Até porque, Deputado Raad Massouh, é essa a nossa função aqui: representar, legislar e fiscalizar. E eu não me neguei a fazer, não me nego a fazer. Agora, pegar um jornal do Espírito Santo para vir falar aqui?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Deputada...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Calma, Deputado, eu estou falando. Por que a *Globo*, o *DFTV*, todo mundo fala contra e é verdade – ou é mentira? –, e um jornal do Espírito Santo é mentira? É uma vergonha.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu venho aqui para também registrar o meu protesto da sua fala, Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – O que não é diferente...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – ... Porque nós estamos em um processo democrático. Eu acho que todos nós, como agentes públicos, se entendemos que há alguma irregularidade, sejamos nós do Amazonas, do Rio Grande do Sul ou de Brasília, nós devemos – dever de ofício – pedir que sejam apurados os fatos. Então, eu acho que, da mesma forma que o Deputado Francischini está pedindo uma apuração com relação ao governo local, o governo local tem todo o direito também de pedir uma investigação em relação ao Deputado Francischini. Isso é absolutamente correto, não podemos esquecer a democracia em que vivemos e o papel do agente público. O papel do agente público de conhecer e não tomar providência. Apenas isso, Deputado Raad Massouh, apenas esse pequeno detalhe.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Pois não. Eu acho que a senhora só deveria escutar também a contrapartida. Onde é que faltou a democracia por parte da Deputada Celina Leão, e de V.Exa. agora defendendo, porque o Deputado Chico Vigilante fez um anúncio em cima da leitura de um jornal? Que democracia é essa que nós estamos vivendo?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Então, a democracia só serve de um lado?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa., Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, isso não é uma questão geográfica, é uma questão de dar uma resposta ao povo do Distrito Federal. A Justiça já está se incumbindo disso. Então, eu acho que agora nós temos que aguardar. A Procuradoria está vendo se realmente, de fato, o Governador tem patrimônio... Não dá para dizer se S.Exa. poderia comprar as tais fazendas, os tais restaurantes. Então, agora isso faz parte da Justiça. Eu acredito que a Deputada Celina Leão é uma pessoa responsável, não é irresponsável, porque não faria isso em vão. Agora, essa questão de o Deputado ser de qualquer lugar não interessa. É um político que defende o Brasil, e Brasília é a Capital de todos os brasileiros.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sei por que tanta indignação com uma matéria jornalística. A matéria diz o seguinte: "O agente da Polícia Federal Fernando Destito Francischini, que Rodney Miranda importou de Brasília, nomeando-o subsecretário de Segurança Pública na primeira gestão Paulo Hartung, notabilizou-se como operador do Guardião, equipamento de escuta telefônica cujo uso de maneira ilegal provocou um escândalo de repercussão nacional, atingindo gravemente a liberdade de expressão." É desse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

elemento que eu estou falando. “Foi por ocasião do grampo da Rede Gazeta que seu nome começou a circular com insistência no noticiário sobre o escândalo e em conversas nos bastidores. No desenrolar da CPI do Grampo, criada na Assembleia Legislativa para investigar o caso e apontar os culpados – mas abortada pelo então presidente da Casa, Deputado César Colnago (PSDB), como desfecho de uma operação-abafa do governo estadual –, ficou amplamente demonstrado que ele era o operador chefe da grampolândia.”

É desse elemento que eu estou falando. Ele era operador chefe da Grampolândia. Portanto, é essa a matéria. Ninguém está inventando nada. É uma matéria que eu já pedi para V.Exa. transcrever.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Já foi autorizado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não sei por que a defesa tão enfática de um elemento que é um grampeador ilegal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que há falta de entendimento sobre o que eu falei aqui. Quero deixar claro Sr. Presidente, que o que eu falei aqui foi que não era justo acusar as pessoas sem ouvi-las, até porque a matéria jornalística sobre a denúncia do Agnelo é mentirosa segundo o Deputado Chico Vigilante. E essa que fala sobre o Francischini seria verdadeira? É disso que eu estou falando.

Eu acho que é difícil... Toda vez que o Governador é acusado, S.Exa., em vez de se explicar, acusa quem o acusa. É só essa a observação que eu faço. Eu não estou saindo em defesa de ninguém. Eu só peço que o mesmo tratamento que eles pedem ao Governador seja dado ao Deputado Francischini. S.Exa. fala que a mídia mente sobre o Governador. Será que a mídia não mente sobre o Francischini? A mídia fala a verdade sobre o Francischini e mente sobre o Governador? É um absurdo isso.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o meu ponto de discussão é apenas com relação ao dever do agente público e ao regime democrático. V.Exa. fala que não entende por que um Deputado do Paraná vem falar alguma coisa de Brasília, mas os nossos Deputados aqui do Distrito Federal foram ao Rio de Janeiro defender os bombeiros, mostrando que S.Exas. também têm a noção correta do que deve ser o espírito democrático, que deve prevalecer não apenas em uma unidade da Federação, mas em todas.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa Casa é política. É natural que haja os embates, as discussões ideológicas. Eu queria falar de um tema. Eu estava conversando com o Deputado Prof. Israel Batista a respeito de que, hoje em Brasília, aconteceu um fato inédito, um fato pelo qual vimos lutando por muito tempo.

Eu sou morador de cidade-satélite. Eu nasci e fui criado em Planaltina. Sofri com o transporte público a vida inteira. E hoje se inicia uma nova etapa, uma nova história: o Governo do Distrito Federal deu início às licitações de novas empresas e de novas linhas para melhorar o transporte público do Distrito Federal. Temos que ressaltar quando a ação é positiva, e esta Casa está aqui para isso. Temos que parabenizar, porque o caos do trânsito no Distrito Federal só vai melhorar quando houver transporte público de qualidade. E hoje isso se inicia.

Eu, como morador de Planaltina, pego esse engarrafamento todo dia. Quero parabenizar os trabalhadores que estão aqui reivindicando os seus direitos e parabenizar uma ação dessas. As cidades-satélites sofrem por falta de transporte de qualidade. Hoje inicia-se um processo de licitação pública para, quiçá, se Deus quiser, nos próximos meses, termos ônibus, termos empresas de qualidade, pessoas que prestam bons serviços. Vamos melhorar o caos do trânsito do Distrito Federal.

É essa a minha ponderação, Sr. Presidente.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. e aos nobres Pares que nós votássemos logo, para que, efetivamente, avancemos na nossa pauta. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É tudo o que eu quero, Deputado Rôney Nemer. Estou conduzindo desde o início, mas esta Casa é política e tenho que conceder a palavra aos Parlamentares.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse pronunciamento do Deputado Aylton Gomes é muito pertinente. Isso é um evento histórico para a nossa cidade. Enfim, os estudantes, os trabalhadores vão ter o que tanto pediram durante tantos anos, que é uma licitação que moralize o transporte público no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

Eu queria fazer um apelo à comunicação do Governo para que divulgasse isso, porque é uma vitória deste Governo, é uma vitória do povo de Brasília, é uma vitória histórica.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria somar a minha fala às do Deputado Prof. Israel Batista e do Deputado Aylton Gomes, porque, hoje pela manhã, às 10hs, no Ministério da Integração – eu passei o panfletinho para todos vocês –, foi assinado um convênio entre a ANTT, o Ministério da Integração, o Governo do Distrito Federal e o Governo de Goiás para o trem, o VLT entre Brasília e Luziânia. Entendo que isso é um processo fantástico, inovador. Esse trabalho vai começar já. Essa linha já existe para carga e vai começar a funcionar para passageiros. Vai vir um carro desses agora, dentro de um mês, para começar os testes. Então, nós não estamos falando de um projeto para daqui a dois anos, três anos. Daqui a um mês, um mês e meio, começa a rodar, em regime de teste, um carro VLT entre Brasília e Luziânia, o que é uma coisa extremamente inovadora e de excelente qualidade.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somente parabenizar o Governo do Distrito Federal por esta licitação dos ônibus. Isso é um anseio antigo das comunidades, principalmente das mais antigas, que são aquelas que mais precisam do transporte coletivo.

Em diversas reuniões que tivemos com o Governador – V.Exa. estava presente –, eu, o Deputado Joe Valle e outros Parlamentares cobramos uma ação firme do Governo na questão do transporte público. Estive com o Secretário de Transportes, com o DFTrans. Víamos, naquela cidade de Planaltina e em outras do Distrito Federal, o caos em função do transporte público. Esse é um alento, mas não resolve ainda, está muito longe de resolver.

Quero salientar, Sr. Presidente, a demonstração que esta Casa deu no primeiro semestre quando aprovou o PDTU com rapidez e um planejamento e um trabalho muito bem feitos. Aquela ação desta Casa no primeiro semestre possibilitou essa licitação e permite, também, ações como a que foi relatada pelo Deputado Joe Valle, da implantação do trem entre Luziânia e Brasília.

Então, quero saudar o Governo do Distrito Federal e, principalmente, a população, que tanto reivindicou – não é verdade, Deputado Aylton Gomes? – a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

melhoria desse transporte. E nós estamos aqui somente para repercutir a voz da sociedade, a voz da comunidade que clamava por isso.

Obrigado pela paciência. Eu continuo orando por V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também não posso deixar de reconhecer essa conquista que é o edital para a licitação dos ônibus agora para Planaltina. Dentro dessa evolução do Governo do Distrito Federal, dentro do Plano Diretor de Transporte Urbano, eu coloquei uma emenda para que nós pudéssemos ter a perspectiva, já dentro desse plano diretor maior, do metrô para Planaltina e do metrô para Brazlândia. Então, eu deixo aqui o meu pedido ao governo para que acelere, já que foi contemplada no plano, passou aqui na casa, não foi vetada. Então, que o governo leve adiante o metrô para essas duas cidades. Brazlândia, por ser a mais distante, por essa dificuldade, precisaria, mais do que todas, do metrô. Vemos a dificuldade dos moradores de Planaltina e de Sobradinho. Sendo de Sobradinho o nosso Secretário de Governo, S.Exa. poderia ver que, Planaltina sendo atendida, Sobradinho está no meio do caminho e será atendida também. Portanto, deixo esse pedido ao Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Com certeza, é claro, a emenda apresentada por V.Exa. que atende a região do Gama e do Recanto das Emas e também a de Sobradinho e de Planaltina não seria vetada de forma nenhuma pelo Governador Agnelo Queiroz, que reconhece o trabalho de V.Exa., independente de ser Oposição ou não, porque V.Exa. tem grande conhecimento de todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Eu, como morador do Gama, agradeço V.Exa. por ter apresentado essa emenda que, com certeza, será executada no PAC da Mobilidade, com os 2 bilhões e 400 milhões que o Distrito Federal vai receber para a implantação do VLT e do VLP.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha solicitação é no sentido de registrar que houve um avanço muito especial nesses últimos dias – que não é apenas um compromisso de campanha, como V.Exa. sabe, mas, mais do que isso, é resposta a uma demanda de toda a população do Distrito Federal, especialmente das pontas, ou seja, Gama e Planaltina, sentindo muito especialmente –, que é uma licitação que inverte o processo, ou seja, o transporte coletivo é para servir ao usuário e aqui sempre estivemos às voltas, lamentavelmente, com os oligopólios, Deputado Agaciel Maia, contra os quais nós lutamos a vida inteira aqui, como Oposição. O Governador Agnelo Queiroz e o Vice-Governador Tadeu Filippelli iniciam esse processo agora nesses dias. Muita



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

felicidade. Precisamos alcançar o caminho do Gama – evidentemente, o Deputado Patrício sabe disso. Precisamos alcançar Paranoá, São Sebastião. Esse é o primeiro passo, o sinal demonstrativo do cumprimento de um compromisso.

Mais uma vez, o Governador Agnelo Queiroz governa para quem precisa. É interessante, é um Governo que tem feito investimentos. Na saúde e na educação, eles praticamente foram dobrados. Na habitação foram quadruplicados e agora temos esse grande passo para o transporte. Mas é preciso, evidentemente, que a comunicação e a gestão política façam chegar à população essas grandes transformações. São transformações que estão acontecendo, que precisam chegar à população e que precisam ser registradas por nós.

Eu quero também parabenizar, Deputado Joe Valle, a pessoa do Superintendente da SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste –, Dr. Marcelo Dourado, que trabalhou nesta Casa, que trabalhou no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, que hoje é Superintendente da Sudeco e que tem um trabalho extraordinário. Todos tinham que ter esse sonho que foi lançado hoje às 10 horas. Em um mês teremos o VLT nesse caminho até Luziânia. Parabéns, Dr. Marcelo. Parabéns à população do Distrito Federal e a todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista as tratativas e a conclusão do relatório do RJU, eu pediria a V.Exa. que pudéssemos apreciar o item nº 7 da extrapauta, que traz o Projeto de Lei nº 619, que trata do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal. Assim, iríamos ganhando tempo na nossa pauta, em função ao horário, até que os colegas que estão envolvidos no relatório do RJU pudessem concluir os trabalhos e aí, sim, votarmos. Enquanto isso, poderíamos apreciar os projetos da pauta. Portanto, eu sugiro que adentremos ao Projeto de Lei nº 619, que é o item nº 7.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta solicitação, eu preciso de sua atenção.

Eu sei que V.Exa. tem um cuidado muito grande com a segurança da Casa e isso é extremamente louvável. Mas eu gostaria de solicitar a V.Exa. que, mediante verificação na galeria, fosse autorizada a entrada dos nossos companheiros das escolas de samba, pois, se havia lá mais de cem pessoas, neste momento temos a informação de que não passam de cinquenta pessoas. Portanto, eu queria que V.Exa. autorizasse a avaliação, para que no momento fossem trazidos à galeria os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

nossos companheiros das escolas de samba, que gostariam de acompanhar também as votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito à Polícia Legislativa que autorize a entrada na galeria das pessoas que estão representando as escolas de samba do Distrito Federal, já que o projeto que trata do carnaval será votado na sessão extraordinária de hoje e há lugares vagos na galeria. Se Cristo pediu, é claro que iremos atendê-lo.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sobre a questão do regime jurídico, nós estamos aguardando algumas emendas de plenário. Por esse motivo, ainda não conclui meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, Deputada Liliane RORIZ.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 693, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a jornada de trabalho das especialidades de Técnico em Nutrição e Técnico em Higiene Dental, do cargo de Técnico em Saúde, da carreira Assistência Pública à Saúde do quadro de pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 693, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a jornada de trabalho das especialidades de Técnico em Nutrição e Técnico em Higiene Dental, do cargo de Técnico em Saúde, da carreira Assistência Pública à Saúde do quadro de pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção. (Pausa.)

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 687, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 76.672.405,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinco reais)”.

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 687, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 690, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 94.245.726,00 (noventa e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais)”.

Foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 690, de 2011.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Peço aos Parlamentares e à Assessoria de Plenário que deixem a tribuna livre para a votação dos projetos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 690, de 2011, de autoria do Poder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 94.245.726,00 (noventa e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais)”.

Foram apresentadas as seguintes emendas em plenário – Emenda nº 1, acolhida; Emenda nº 2, acolhida; Emenda nº 3, acolhida; Emenda nº 4, acolhida; Emenda nº 5, acolhida; Emenda nº 6, acolhida; Emenda nº 7, acolhida; Emenda nº 8, acolhida; Emenda nº 9, acolhida; Emenda nº 10, acolhida; Emenda nº 11, acolhida; Emenda nº 12, acolhida; Emenda nº 13, acolhida.

Este é o parecer, Sr. Presidente. Somos pelo acolhimento das treze emendas apresentadas no plenário desta Casa.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer sobre as emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Lei nº 690, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir que a seguir fosse colocado em votação o item nº 10, que se refere ao Projeto de Lei nº 673, de 2011, do pessoal do carnaval que está ali na galeria. Assim, eles poderiam voltar para casa mais cedo, na certeza de que, no próximo ano, o carnaval terá menos burocracia.

Um abraço a todos e um feliz Natal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 16:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 691, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 12.274.428,00 (doze milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais)”.

O projeto teve a sua tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 673, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a realização do carnaval do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir destaque da Emenda Aditiva de Relator nº 1 da CCJ ao Projeto de Lei nº 673, de 2011, para que seja retirada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Aylton Gomes, V.Exa. não tem como pedir a retirada da emenda porque ela já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Vou destacar para votá-la em separado depois da votação do projeto em primeiro turno.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Votação em separado depois da votação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então, o destaque para votação em separado da emenda solicitado pelo Deputado Aylton Gomes será votado depois da aprovação do projeto.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui primeiramente parabenizar o Deputado Aylton Gomes, que ouviu os nossos companheiros que realizam o carnaval e, com a sua grandeza, resolveu retirar a sua emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

Parabenizo a construção desse projeto de lei que visa a dar, como disse a Deputada Eliana Pedrosa, tranquilidade ao carnavalesco de Brasília. Nós estamos contratando o desfile das escolas de samba, colocando aqui no mesmo patamar dos grandes centros de carnaval, como Rio de Janeiro, e reconhecendo o grande carnaval que é feito aqui em Brasília também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu peço a V.Exa. 5 minutos, pois também estou protocolando as emendas sobre esse projeto do carnaval. Estão sendo protocoladas ali atrás.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Esse projeto foi construído nesta semana por mim, pelo Deputado Chico Vigilante, pela liga de todo o carnaval do Distrito Federal e pelos blocos. Brasília é que ganha com isso, pois são esses talentos que estão aqui que irão competir com o carnaval de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eu tenho certeza disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Srs. Deputados, vou suspender a sessão por 30 minutos, para que os Parlamentares possam apresentar emendas a todos os projetos e, dessa forma, fazer a votação no ritmo em que estávamos anteriormente. Do contrário, cada vez que colocarmos o projeto em votação, haverá uma emenda a ser apresentada e uma negociação com mais uma hora.

A Presidência vai suspender os trabalhos por 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19h20min, a sessão é reaberta às 19h45min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP	X		
BENÍCIO TAVARES	PMDB		X	
CELINA LEÃO	PSD	X		
CHICO LEITE	PT		X	
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
DOUTOR CHARLES	PTB		X	
DR. MICHEL	PSL	X		
ELIANA PEDROSA	PSD	X		
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PSB	X		
LILIANE RORIZ	PSD	X		
LUZIA DE PAULA	PPS		X	
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X	
RAAD MASSOUH	PPL		X	
REJANE PITANGA	PT	X		
RÔNEY NEMER	PMDB	X		
WASHINGTON MESQUITA	PSD		X	
WASNÝ DE ROURE	PT	X		
WELLINGTON LUIZ	PPL	X		
PATRÍCIO	PT	X		
TOTAL		14	10	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estão presentes 14 Parlamentares, havendo, portanto, *quorum* regimental para deliberação. Há 10 Deputados ausentes.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 673, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a realização do carnaval do Distrito Federal e dá outras providências”.

Foram apresentadas três emendas de plenário. A emenda de autoria do Deputado Aylton Gomes foi destacada.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas apresentadas em plenário.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de deixar claro algo sobre aquelas acusações que foram feitas sobre o Deputado Francischini. O Deputado Francischini foi quem prendeu o assassino do juiz que foi ameaçado e morto. Então, só quero explicar que manchar a honra das pessoas que trabalham e que enfrentam grandes quadrilhas é um crime muito grave também – só para deixar bem claro.

(Pausa.)

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu vou deixar esse projeto por último para vocês continuarem animando a gente aqui, fazendo a festa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 673, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a realização do carnaval do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto ao mérito, é afeto às atribuições desta comissão; somos pela retirada da Emenda nº 1; pela rejeição da Emenda nº 2; pelo acatamento da Emenda nº 3, que trata do Ecad.

É o parecer, Sr. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando eu era Deputado Federal, participei da CPI do Ecad. Eu afirmo aqui perante os senhores e as senhoras: não existe uma entidade mais corrupta nesse País do que o Ecad. Portanto, essa Câmara hoje está de parabéns ao retirar essa obrigação de passar recursos para o Ecad.

Nós descobrimos, Deputada Liliane Roriz, na época em que eu era Deputado Federal, Deputado Chico Leite, que o diretor do escritório de arrecadação do Distrito Federal se dizia compositor, Deputado Patrício. E ele teve o absurdo de – eu ia dizer aqui outra coisa, mas não posso – em um período, Deputado Chico Leite, arrecadar mais direito autoral do que o Roberto Carlos. E eu nunca tinha ouvido uma composição, nenhuma música desse elemento.

Uma vez, eu fui fazer uma festa lá no Círculo Operário, de lançamento da minha candidatura, e chegou um fiscal do Ecad e disse: “Você pagou o Ecad?”. Eu falei: “Eu não paguei, não”. “Se você não pagar o Ecad, eu vou atrás da polícia.” Eu falei: “Vá, traga a polícia, porque você vai sair daqui preso”. Ele não voltou lá.

Eu quero dizer para vocês que esse projeto é a redenção do carnaval do Distrito Federal. Esse é um projeto construído pelo Governo do Distrito Federal com a nossa colaboração – de todos.

Eu me lembro aqui – e olha que somos de partidos diferentes, Deputada Eliana Pedrosa – que, desde a legislatura passada, eu fiz atividades aqui com V.Exa. discutindo o carnaval. Nessa legislatura agora, algumas pessoas estranharam: como é que eu estava fazendo parceria com a Deputada Liliane Roriz a respeito do carnaval? Eu digo aqui, Deputada, olhando para V.Exa.: fiz e tenho orgulho da parceria que fizemos. Fiz e tenho orgulho.

V.Exa. está de parabéns, Deputado Rôney Nemer, pela apresentação dessa emenda.

Nós vamos aprovar agora a Lei Geral do Carnaval.

Está de parabéns o Governo do Distrito Federal. E podem ter certeza, eu sou governo. Nós vamos estar vigilantes pelo cumprimento da lei, porque nunca mais eu quero liberação de recursos em cima do carnaval. Eu quero que sejam liberadas as parcelas de acordo, para que eles possam comprar os insumos para o carnaval, os adereços para o carnaval, com tempo, planejar direitinho, porque esta será uma das maiores festas da região Centro-Oeste. Vai gerar empregos, vai distribuir renda, Deputado Wasny de Roure. V.Exa., que é evangélico, eu o convido. Vamos lá, junto conosco, ver o desfile de carnaval para V.Exa. ver a beleza que é.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer o Deputado Chico Vigilante por ter participado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23

dessa iniciativa de melhorar o carnaval do Distrito Federal. E quero dizer que o carnaval não tem cor. Ele não é vermelho, não é azul. Ele é colorido. Ele é do povo do Brasília. É isso que eu queria dizer.

Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente de parabenizar toda esta Câmara Legislativa, principalmente a Deputada Liliane Roriz, o Deputado Chico Vigilante, até porque, Sr. Presidente, aqui em cima tem batalhadores.

Sr. Presidente, eu deixo aqui um pedido para o ano que vem, porque é tanta dificuldade para essas pessoas construírem o Carnaval! O dinheiro é liberado de última hora, as emendas não são empenhadas, não são liberadas. Então a gente pede não somente que este projeto seja aprovado, mas que, no ano que vem, este pessoal que está aqui tenha o devido respeito ao trabalho que eles prestam ao Distrito Federal, Sr. Presidente.

Quero dizer que o nosso gabinete colocou mais de 600 mil reais para o carnaval para várias escolas de samba, inclusive apoiando projetos culturais como esse. E o Ecad vocês não terão de pagar.

Parabéns a todos vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lideranças do carnaval de Brasília, eu quero dizer que foi uma excelente iniciativa do Governo do Distrito Federal transformar o carnaval em um evento, dando a esse evento um trato de política pública com apoio do Estado, com a devida transparência.

Foi nesse sentido que, na condição de Líder aqui dentro desta Casa, eu procurei o Deputado Chico Vigilante e pedi a S.Exa. que se dedicasse e desse o desdobramento ao longo dos anos em que S.Exa. tem trabalhado com esse segmento.

Quero cumprimentar a Deputada Liliane Roriz pela sua firmeza, sensibilidade, e agilidade, na apreciação desse projeto de lei. E quero aproveitar e cumprimentar o companheiro e amigo, Deputado Rôney Nemer, pela lucidez da apresentação da emenda. Deputado, parabéns.

Desejo que o Deputado Chico Vigilante continue com essa firmeza, determinação e compromisso com as escolas de samba, com as escolas que se apresentam no carnaval do Distrito Federal. Quero aqui ressaltar o papel de cada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

uma delas. Inclusive o Pacotão, que estava prejudicado. Pelo visto, foi equacionado o problema deles.

Felicito o Governo do Distrito Federal, o Governador Agnelo, e cada um dos Parlamentares que ajudaram a aperfeiçoar o texto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar também o Executivo, na pessoa do Governador Agnelo, agradecer a Deputada Liliane Roriz, pela iniciativa, e deixar aqui apenas um posicionamento e um pedido. Que os recursos, Deputado Chico Vigilante, que as emendas não sejam liberadas no último minuto ou depois da realização do evento. É preciso que elas sejam liberadas com certa antecedência para que eles possam confeccionar todas as alegorias, cumprir as suas responsabilidades e pagar o que tem de ser pago.

Parabéns a todos vocês. Podem contar comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria aqui também de me somar às palavras dos nobres pares que me antecederam e de dizer que eu tive a oportunidade, como presidente da Brasiliatur, de passar um carnaval inteiro com eles no Ceilambódromo. Foi muito legal! Quem nunca foi não sabe o que é. É muito legal – e eu já passei carnaval no Rio de Janeiro e em vários lugares. Fiquei lá até no dia da apuração, fui junto com vocês.

Vocês merecem esse respeito. Vocês merecem, não só as escolas de samba, os blocos também são muito importantes, porque nós conseguimos fazer carnaval em 32 pontos distintos do Distrito Federal. Isso é muito legal, porque se leva a festa até o cidadão. Brasília é muito grande e tem muita gente que não pode ir a Ceilândia.

Então, eu queria parabenizar o Governador Agnelo, o Vice-Governador Filippelli e o Secretário de Cultura também por ter mandado esse projeto que vai tranquilizá-los, que vai poder garantir o espetáculo de vocês. É um espetáculo, por isso será recompensado financeiramente. O pagamento e a prestação de contas é o desfile que está ali acontecendo, essa é a grande realidade, para facilitar a vida de vocês. E não ao Ecad, porque, em academia de ginástica, por uma televisão ligada, tem que se pagar Ecad. Isso é um absurdo, como disse o Deputado Chico Vigilante, é uma vergonha! Uma instituição que só quer para ela e não dá nada em troca à sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

Parabéns a vocês, que vocês façam um belíssimo carnaval para toda a população do Distrito Federal!

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei a importância desse ato que a Câmara Legislativa hoje está referendando. Mas também, para complementar essa lei, nós temos de aprovar e trazer para esta Casa a lei da cultura. A lei da cultura vai fazer com que as empresas do Distrito Federal possam investir nesses eventos. Possam investir e abater nos seus impostos.

Fico feliz porque nós já demos um passo. Espero que, no ano que vem, o Executivo mande para cá, é até uma bandeira do meu amigo Deputado Cláudio Abrantes, que está tentando trazê-lo para este Parlamento. Que o Executivo mande para cá a lei da cultura, que a aprovemos, que as empresas que ganham dinheiro no Distrito Federal possam também investir na cultura, e as escolas de samba vão ficar muito mais felizes.

Era isso que eu queria acrescentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero falar da importância dessa lei para todo o segmento carnavalesco do Distrito Federal. É um reconhecimento, porque antes se tratava o desfile fracionadamente; agora, nós entendemos o carnaval de Brasília como um espetáculo, como um evento, nós contratamos, nós temos a oportunidade de colocar o carnaval do Distrito Federal como o carnaval de grande espetáculo que ele sempre foi.

Quero parabenizar todos os carnavalescos e todos os Parlamentares envolvidos nessa lei, o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Liliane Roriz, o Deputado Rôney Nemer, enfim, os 24 Deputados Distritais, que nunca se furtaram a trabalhar pelo carnaval de Brasília.

E aí, naturalmente, agradeço a lembrança do meu amigo Deputado Olair Francisco, porque realmente é uma luta que temos nesta Casa, que temos com o Governo. V.Exa. é testemunha do tanto que eu tenho cobrado do governo o envio da lei de incentivo à cultura do Distrito Federal. Nós agora precisamos de mais um mecanismo para financiar a cultura do Distrito Federal. E eu tenho certeza de que, no começo do ano, o Governador Agnelo Queiroz enviará a esta Casa uma lei pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

qual os empresários poderão, assim como na área federal, com a Lei Rouanet, investir na cultura do Distrito Federal e naturalmente o carnaval vai ser mais uma vez privilegiado.

Meus parabéns a todos os carnavalescos e a esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, Deputado Cláudio Abrantes.

Eu quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante, os 24 Deputados desta Casa, que conduziram esse projeto. O Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo, que articulou para que o projeto fosse colocado nas condições de votação na noite de hoje e, é claro, o Deputado Chico Vigilante, que fez pronunciamento durante toda esta semana, até o dia de hoje, que é o encerramento dos trabalhos legislativos. Também a Deputada Liliane Roriz, que ontem mesmo disse que é vigilante e vai fiscalizar o Governo do Distrito Federal. Então, esse casal vigilante, com certeza, vai fazer com que não só o carnaval, mas o Governo do Distrito Federal possa turbinar e possa andar no mesmo caminho.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante e parabéns, Deputada Liliane vigilante.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wellington Luiz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputado, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei nº 673, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a realização do carnaval do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o parecer sobre as emendas de plenário é o seguinte: a Emenda nº 1 foi retirada; a Emenda nº 2 foi rejeitada; a Emenda nº 3 foi acatada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	27

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 673, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passe-se à votação, em separado, da emenda apresentada pelo Deputado Aylton Gomes, Emenda Aditiva de Relator nº 1 da CCJ.

Em discussão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo gostaria de pedir apoio à rejeição, com todo respeito ao Deputado Aylton Gomes, já que foi ele mesmo quem tomou a iniciativa de pedir o destaque. O destaque é no sentido de rejeitar a emenda, e há uma concordância com o próprio Deputado Aylton Gomes.

Solicito, portanto, aos Deputados apoio pela rejeição da emenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Realmente o Deputado Aylton Gomes solicitou isso em função de que ele deseja que a emenda seja rejeitada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda está rejeitada com a presença de 21 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava presente aqui o Secretário de Cultura Hamilton Pereira. Eu quero propor a V.Exa. que esta Casa assuma um outro compromisso perante o Governo do Distrito Federal, Deputado Patrício e Deputado Joe Valle, que é o de lutar junto com esses homens e mulheres de bens, que são os dirigentes do samba do Distrito Federal, para que eles tenham um endereço. Nós queremos a liberação dos terrenos para as escolas. Esse é um compromisso nosso, é uma briga nossa e nós vamos conseguir se Deus quiser!

(Manifestação de apoio da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais”.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais”.

O projeto recebeu as seguintes emendas, das quais nós tratamos aqui: admissibilidade e aprovação das Emendas nºs 13, 38, 40, 42; admissibilidade e aprovação das Emendas nºs 23 e 35, na forma das Subemendas nºs 1 e 2; admissibilidade e aprovação das Emendas nº 30, na forma da emenda anexa deste Relator; rejeição das outras emendas. Isso de 1 a 51.

Agora, nesta ocasião, conforme o anexo do complemento deste parecer, apresenta-se a seguinte conclusão: admissibilidade e aprovação das Emendas nºs 62, 63, 71, 72, 73; da Emendas da Comissão de Assuntos Sociais nº 1, na forma das Subemendas nºs 80, 81, 87, 89, 90; das Emendas de plenário nºs 11, 12, 18, 21, 14, na forma das Subemendas nº 28 e 4.

Admissibilidade e aprovação das Emendas nºs 60, 64, 76, na forma das Subemendas nºs 3, 4 e 5, respectivamente, deste Relator.

Inadmissibilidade e rejeição das demais emendas referidas nas duas alíneas anteriores.

Este é o nosso parecer, mediante acordo de Plenário com os demais Deputados e a Liderança do Governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	29

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir destaque das Emendas nºs 25, 27 e 26. A Emenda nº 26 eu até estranhei, porque havia acordo do governo para aprová-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, então as três emendas estão destacadas. Vamos votar o parecer e depois a gente vota os destaques.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir o destaque de três emendas, as Emendas nºs 16, 23 e 24.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*. Então, são mais três emendas destacadas. A gente vota o parecer e, posteriormente, os destaques.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitamos o destaque da Emenda nº 53.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Deputado Wellington Luiz também solicita destaque da Emenda nº 53. Votamos, então, o parecer e, posteriormente, os destaques.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado, ressalvados os destaques, com a presença de 21 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	30

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me esqueci de pedir destaque da Emenda nº 83. Eu gostaria que V.Exa. registrasse o destaque da Emenda nº 83.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. poderá fazê-lo na Comissão de Assunto Sociais.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – A Emenda Supressiva de Plenário nº 26 foi rejeitada. No entanto, ficou acertado que ela seria acatada, pois me parece que uma emenda de igual texto foi acatada. Portanto, no mínimo, elas deveriam se juntar, e não rejeitar esta emenda, senão haverá um tema rejeitado e um tema acatado com textos idênticos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Mas, aí, tem que alguém solicitar o destaque para que seja apreciado em separado.

Já está destacada a emenda que V.Exa. solicitou.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Só que ela já está aprovada na forma de outra emenda. Eu só quero lembrar que eu já tinha protocolado desde o início e tirei para fazer o consenso de plenário. Agora, uma emenda de igual teor, de outra autoria, foi aprovada e esta foi rejeitada.

O assunto é exatamente o mesmo. Portanto, não pode haver a rejeição de uma emenda e aprovação de outra com o mesmo texto no mesmo projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Sim, Deputada Eliana Pedrosa, a Emenda nº 26 será votada destacada.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais”.

Com relação às emendas de plenário, o projeto de lei complementar em epígrafe já foi analisado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na reunião do dia 13 de dezembro de 2011. No parecer então proferido foram também analisadas as Emendas nºs 1 a 51.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, enquanto está sendo verificado...

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Pode falar, Deputada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	31

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, com relação à Emenda nº 26, eu cometi um engano. Portanto, estou retirando o destaque, estou retirando o que eu disse.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, da 26. É porque, Deputada, V.Exa. tem de proferir o parecer, e isso não pode ser interrompido.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Tudo bem. Já vou fazer, Sr. Presidente. É porque aqui é uma Casa democrática, o senhor mesmo falou, é a Casa do Povo...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Isso, mas nenhum Deputado pode interromper o processo de votação.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Tudo bem. Análise de admissibilidade de aprovação de Emendas de Plenário nº 11, 12, 14, 18, 21 e 28. A Emenda nº 14 na forma de subemenda da 28.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, que “dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais”.

Do ponto de vista da admissibilidade constitucional, não há óbice à aprovação, nesta Casa de Leis, de proposta que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações distritais, e dá outras providências.

Assim, em relação à admissibilidade do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, somos, no âmbito da CCJ, pela sua aprovação, na forma das emendas da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	32

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, em primeiro turno.

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria ressaltar, antes de votarmos, a importância desse projeto para o conjunto dos servidores do Distrito Federal, que é a única Unidade da Federação que não tem o Regime Jurídico Único dos Servidores.

Esse projeto foi debatido amplamente com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal. Eu, da mesma forma que fiz...

Eu participei da reunião da CAS e ressaltei a importância e a dedicação da Deputada Liliane Roriz como Relatora do projeto, da disposição do debate e da construção coletiva que foi esse projeto. Ele representa muitas lutas dos servidores do Distrito Federal, muitos avanços, algumas coisas. Queríamos muito mais, mas, enfim, foi o possível no processo da negociação. É um compromisso do Governo do Distrito Federal e representa uma política de valorização de quem constrói o serviço público do Distrito Federal.

Nós não temos – e não teremos – um Estado forte nem desenvolvimento nesta cidade se não valorizarmos o serviço público e os seus servidores. Portanto, acho que esta Casa está de parabéns. Foi um projeto que deu muito trabalho, que foi muito debatido.

Quero agradecer a participação das entidades sindicais que, junto conosco, construíram, foram a muitas reuniões. Parabenizar, novamente, a Deputada, o nosso companheiro Eudes, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, em nome de todas as entidades sindicais e também dos sindicatos que não são filiados à CUT, mas que construíram, dentro do fórum em defesa do serviço público, a garantia de que pudéssemos, hoje, estar apreciando esse projeto. Quero parabenizar, também, o nosso companheiro Willemann, que teve uma dedicação enorme e iniciou esse debate. Ele teve uma paciência muito grande também conosco nessa construção.

Parabéns.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero observar a V.Exa. que há um marco na aprovação do Regime



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	33

Jurídico Único no Distrito Federal, não apenas porque é das raras Unidades da Federação que ainda não o tem, e que por isso ainda aplica a lei federal ou uma verdadeira colcha de retalhos em sua legislação de pessoal. Mas, fundamentalmente, porque hoje temos um paradigma, uma referência, uma lei geral relativa a servidores e servidoras.

Não é tudo que se esperava. Aqui e ali, alguém gostaria de alguma especificidade, mas outras leis que o regulamentarão trarão esses dados específicos. De maneira que, ao alcançarmos uma verdadeira constituição dos servidores do Distrito Federal, nós precisamos fazer mais uma vez o registro do compromisso do Governador Agnelo Queiroz com o servidor público e com a servidora pública.

Nesse sentido, o trabalho foi muito positivo porque ele reuniu uma série de cabeças. Ninguém é proprietário da verdade sozinho. Então, eu quero fazer referência a todos os Parlamentares, especialmente, a Deputada Rejane Pitanga e a Deputada Liliane Roriz nas comissões em que participaram; o Deputado Joe Valle, que foi Relator na Comissão de Constituição e Justiça e que atuou com bastante serenidade; o Deputado Rôney Nemer, que teve participação ativa e sempre esteve ao lado dos servidores; as entidades sindicais, porque essa é uma lei para os trabalhadores e trabalhadoras. Então, é preciso falar em nome de todas elas para não cometer nenhuma injustiça. Eu queria citar o Presidente Eudes pelo histórico que têm em favor de trabalhadores e trabalhadoras.

Sr. Presidente, eu poderia fazer uma série de citações outras, porque todo mundo, de alguma sorte, contribuiu, todo mundo. Agora, há um dado de que não podemos esquecer. Há muitas pessoas que viabilizam o nosso trabalho na Assessoria, na Consultoria. Na realidade, há um mentor desse trabalho de reunião de toda essa legislação, que é o consultor Willemann. Eu quero fazer o registro do consultor Willemann, porque, desde que entrei nessa Casa Legislativa, eu pude compartilhar com ele esse sonho desse estudioso, desse sujeito humilde, modesto, mas um intelectual bem informado, politizado e que hoje ocupa um cargo no Governo, ocupa muito bem. Eu quero aqui falar daquele que constrói sem os holofotes. Isso é fundamental. Esse registro, é necessário que façamos.

Parabéns, trabalhadores e trabalhadoras. Parabéns ao servidor público e à servidora.

Parabéns, consultor Willemann.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero destacar a importância desse projeto, que valoriza o servidor público. Várias conquistas estão sendo embutidas. Principalmente, consolida-se, em uma só legislação, os direitos dos servidores públicos do Distrito Federal. Por si só, só esse fato já seria um grande motivo de comemoração.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	34

Aproveitando também a fala do Deputado Chico Leite, eu quero fazer um destaque especial para o Willemann, que realmente se debruçou sobre esta causa e fez um trabalho junto com a sua equipe, uma equipe da Câmara e uma equipe também do Governo, do Executivo. Ele fez um trabalho que sabemos que foi extenso, foi profundo e redundou nesse projeto. Hoje todos nós aqui estamos a comemorá-lo aqui com essa perspectiva de sua votação agora imediata.

Deputado Chico Leite, V.Exa. está certo: existe aquele que não aparece no holofote. Eu quero registrar aqui e parabenizar os assessores de todos os Deputados, de todos os Deputados. Particularmente, eu vou fazer a defesa do meu gabinete, porque a Deputada Eliana Pedrosa não sou eu. Eu sou a Eliana Pedrosa, mas a Deputada que eu produzo, eu só produzo porque eu os tenho. Agradeço imensamente a eles pela riqueza, pela contribuição, pela profundidade. Tenho o maior orgulho deles. Eu cumprimento também os assessores dos demais Parlamentares, porque entendo que devem ser tão bons quanto, porque eu vejo a produção legislativa aqui, uma produção de legislação da mais alta qualidade.

Infelizmente, nós não conseguimos publicizar tudo aquilo que é feito, todos os grandes progressos. Mas do que os projetos parlamentares, quantas e quantas emendas têm sido feitas aos projetos do Executivo? Falo isso sem desmerecer o que vem do Executivo, do passado, do presente. Realmente, os projetos chegam aqui, e nós temos conseguido, com a *expertise* de cada um, com a determinação, com a vontade de aperfeiçoar, melhorar e muito os projetos. Então, sob essa ótica, com essa perspectiva da verba publicitária, aproveito para destacar isso. Nós destacamos até o projeto do parlamentar, mas as contribuições, as melhorias nos projetos, que, muitas vezes, alcançam milhares e milhares de pessoas, ficam no esquecimento.

A sociedade não tem a percepção clara do que é o trabalho legislativo. Acha que é só chegar aqui e votar. Não vê quantas e quantas horas são despendidas para se chegar e fazer a votação. Mais do que isso, às vezes, debruçamo-nos, como nos debruçamos nesse projeto e em tantos outros, chegamos aqui ao plenário e tivemos que fazer intervalos para que pudesse ainda ser discutido e aperfeiçoado.

Já que eu falei dessa divulgação, aproveito para pedir que V.Exa. e a Mesa Diretora não se esqueçam dos *blogs*, dos jornais alternativos, de uma série de outras mídias que são importantes, que comunicam bem e que estão ali muito pertinho da população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar. Eu, a Deputada Eliana Pedrosa e a Deputada Liliane Roriz fazemos parte da Oposição, mas mostramos, neste ano, que a Oposição está madura, porque tudo que foi importante para o Distrito Federal foi votado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	35

Eu acredito, Deputado, que só a união dos 24 parlamentares pode fazer-nos melhorar em profundidade os projetos, como foram melhorados aqui. Eu tenho orgulho de fazer parte de uma Oposição coerente, que quer o bem da nossa cidade, que vai fiscalizar o que tiver que ser fiscalizado, mas que quer o bem e consegue, com um trabalho parlamentar e com todas as assessorias que estão aqui, melhorar e muito os projetos que são encaminhados pelo Executivo.

Parabenizo principalmente os trabalhadores, que nunca desistiram da luta. Nós sabemos, Sr. Presidente, que essa luta é antiga. Justiça tem que ser feita. Eu parabenizo inclusive o Executivo, que fez justiça e mandou o projeto de lei para esta Casa. Esta Casa melhorou em profundidade o projeto. Parabenizo principalmente os trabalhadores, as entidades de classe, que não desistiram, correram atrás dos seus direitos e hoje conseguiram ter um direito antigo realizado, que é o regime jurídico.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – na verdade, eu queria parabenizar todos os sindicatos, todos os servidores, porque nós – eu falo nós porque eu também sou servidor – é que carregamos o Estado. Não é governador, não é deputado, não é senador. Nós somos governo. Os políticos passam; nós ficamos. Principalmente naquele janeiro quando se muda de governo, nós é que carregamos o piano, pois todos são exonerados. Então, é um resgate que está sendo feito nesse projeto.

Eu queria também estender a todas as assessorias, à minha também e ao Secretário Willemann. Eu tinha umas quarenta emendas, e, no debate, na discussão, ele, com profundidade, foi mostrando todo o avanço que esse projeto trouxe. Ele conhece muito bem esse projeto, pois participou dele. Existem algumas coisas em que não chegamos a um acordo. Por isso, eu destaquei as emendas. Depois, na hora do destaque, eu externarei o porquê, para poder fazer a defesa e pedir aos pares que votem comigo nesses destaques.

O mais importante é parabenizar o Filippelli, o Agnelo, porque tiveram a sensibilidade de mandar... Há quanto tempo nós estamos sem regime? Nós não tínhamos regime jurídico único. Portanto, é um avanço. Nós não precisamos mais estar brigando na Lei nº 8.112 o tempo inteiro, pois temos a nossa lei e é por ela que vamos nos guiar a partir de agora.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	36

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acredito que o processo de construção do Governo Agnelo passa pelo resgate e pelo papel do servidor público na integralidade da razão de ser do servidor público na estrutura do Estado.

Nós, em Brasília, encontramos um quadro extremamente difícil, extremamente difícil. E uma das primeiras iniciativas do Governo foi sistematizar uma legislação que ultrapassava as cinquenta leis, além da própria Lei nº 8.112, para que pudéssemos constituir e oferecer à sociedade e aos servidores públicos em particular um projeto que desse a esta cidade, Capital da República, a magnitude de uma instituição, de um Estado idôneo, responsável e comprometido com os seus servidores.

Eu quero cumprimentar aqueles que constituíram a primeira comissão que trabalhou a formulação do RJU e parabenizar a mobilização de todos os sindicatos com base entre os servidores públicos do Distrito Federal. Sr. Presidente, a administração direta, autárquica e fundacional em Brasília vai ter a oportunidade de sacar do seu bolso um único regime jurídico e não cinquenta leis extremamente difusas nos seus direitos.

Agora, Sr. Presidente, é importante que nós tenhamos a lucidez de que o Regime Jurídico Único do servidor não substitui a real necessidade das negociações salariais que acompanham ano a ano. E, muitas das conquistas estarão sendo incorporadas a essa modalidade, que é a razão de ser da organização sindical, da mobilização dos trabalhadores e do debate real e concreto, assim como nós fizemos na gestão democrática das escolas, um tema extremamente árduo, difícil, mas para o qual foi possível construir, sob a sua presidência, um texto praticamente novo em relação ao texto que foi enviado. Portanto, o RJU é uma contribuição singular desta comissão de sindicalistas.

Eu quero cumprimentar cada uma das lideranças sindicais dos servidores públicos do complexo do GDF. Sem dúvida, por conhecer, por estar ombreando com ele a todo momento, durante o transcorrer deste ano, dirijo ao companheiro Willemann e a toda a equipe os meus mais sinceros cumprimentos e o meu respeito.

Eu faço um apelo aqui aos Deputados para que possamos encerrar esta votação para poder dar prosseguimento. Eu sei que há muitos destaques, mas teremos que enfrentá-los na devida proporção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	37

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, eu serei breve, até porque os pronunciamentos dos meus colegas que me antecederam já foram fartos e muito bem colocados. Eu quero somente salientar e me somar ao que foi dito aqui, sobretudo na construção desse Regime Jurídico Único, que é um ganho para todo servidor público do Distrito Federal.

É uma luta antiga, porque há mais de cinquenta anos se fala nesse regime jurídico único. Ainda no início da Capital da República, nós já tínhamos essa questão de ter uma lei específica para o servidor do Distrito Federal. Hoje há um ganho e é um momento histórico para o Distrito Federal.

Naturalmente, como uma lei nova na sua aplicação, no dia a dia, ela vai ser apurada e depurada para se evitar excessos, para se fazer correções, como nós buscamos fazer aqui nas comissões, no plenário, nos acordos. Foi uma construção de todos os Deputados, e nós conseguimos chegar a esse texto, que é excelente, que é bom. E a gente tem naturalmente que dar o crédito ao companheiro Willemann, que se debruçou sobre a confecção, sobre a possibilidade também dos acordos e das emendas. Mas sobretudo quero dizer que isso é uma construção de todos, e assim foi feito. Nessa aplicabilidade temos, sim, que ter o cuidado para que ela traga um ganho para a sociedade, um ganho para o servidor público, e que impossíveis situações até de serem corrigidas, mas esta Casa está aqui para isso e assim nós o faremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou servidor público de carreira da área da saúde do Distrito Federal, e realmente esse era um anseio de muitos anos, como disseram os nossos colegas antes aqui, de sorte que eu quero parabenizar realmente o Governo do Distrito Federal porque, depois de tantos anos, mandou esse projeto aqui para a Câmara.

Também quero saudar o Willemann, por ter lutado, trabalhado, construído com muita força esse projeto, e nós aqui pudemos, de forma modesta, colocar algumas emendas que beneficiaram o nosso segmento e todos os servidores do Distrito Federal.

Hoje, em um dia histórico, quero parabenizar todos vocês servidores do Distrito Federal, desejando que nós daqui para frente tenhamos melhores dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	38

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para discutir.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para parabenizar. Eu, como funcionário público e bombeiro, não podia deixar de registrar nos Anais da história desta Casa a grandeza desse projeto, o espírito corporativista que ele teve. O Governo do Distrito Federal teve a sensibilidade, assim como as equipes técnicas e os Deputados com suas emendas, todos participando e fazendo jus, mostrando que esta Casa, que é a representação do povo, vem fazendo o seu papel no dia a dia, pois isso aqui é uma caixa de ressonância. É muito bom e bonito ver um projeto chegar a esta Casa e ser bem trabalhado para favorecer os trabalhadores. Como o Deputado Rôney Nemer falou aqui, são eles quem seguram o piano, quem carregam nas costas a máquina do Distrito Federal. Parabéns a todos os servidores públicos, pois esse projeto, realmente, contempla a caminhada de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/12/2011

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2011

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 2511
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		21			3	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Joe Valle

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA Dus

MAT. 12079

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011.

Conforme os arts. 172, 173, 174 e 197, incisos I, IV, XII e XV, do Regimento Interno, houve solicitação de destaque pela Deputada Eliana Pedrosa às Emendas nº 25 e 27.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Emenda nº 27 dizia que seriam computados, como créditos para os servidores, valores não percebidos a título de auxílio-alimentação do período compreendido entre janeiro de 1996 e abril de 2002, devidamente atualizados, desde que o mesmo declinasse de qualquer ação judicial com esse objetivo.

Foi construída, junto com o Willemann, uma proposta para uma audiência pública e, em fevereiro, o início de uma negociação, tendo em vista que os valores são muito altos, além de uma programação de pagamentos juntamente com todas as categorias profissionais. Seria feita essa discussão. Então, dentro dessa perspectiva dessa construção que seria iniciada em fevereiro de 2012, eu estou retirando a Emenda de Plenário nº 27.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então, está retirada a Emenda de Plenário nº 27. Está destacada a Emenda nº 25.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por dever de ofício, por respeito e consideração à percepção e à capacidade criativa da Deputada Eliana Pedrosa, eu quero cumprimentá-la por esse gesto, que ajuda na consolidação de um projeto que foi arduamente discutido. S.Exa. continua aprofundando o debate sobre um direito do trabalhador que eu acho que foi muito bem lembrado. A matéria, por si só, é extremamente meritória.

Parabéns por essa postura e por essa iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra a Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste momento estou retirando a Emenda nº 25. O coordenador político do Governo, Sr. Willemann, me sinalizou que vai abrir no ano que vem uma discussão sobre a Lei do Iprev. Essa emenda eu gostaria de ler. Em tese, simplificando, dá ao pai o mesmo direito da mãe de receber os salários, caso a mãe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	41

tenha problemas pós-parto ou venha a falecer. Ele vai ter de ajudar a cuidar da criança, vai ter de ajudar a cuidar do filho. Portanto, ele não poderá estar presente no trabalho e não poderá ser penalizado, ficando sem a contrapartida salarial.

Dentro dessa perspectiva da negociação a partir do mês de fevereiro, eu estou retirando a emenda pela confiança que tenho nas palavras do Willemann e do Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então foram retiradas as Emendas nºs 25 e 27, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que haviam sido destacadas.

Continuam destacadas as Emendas nºs 16, 23, 24 e 83, de autoria do Deputado Rôney Nemer.

Passa-se à votação em separado e em bloco das Emendas nºs 16, 23, 24 e 83, de autoria do Deputado Rôney Nemer, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos nobres Pares em relação à emendas. Sobre as Emendas nºs 16 e 23, havia uma lei que incorporava, quando o servidor público ocupava cargos, percentuais de décimos, de quíntuplos. Algumas gratificações foram transformadas em VPNI. Para que isso não fique congelado quando houver aumento de cargos acumulados ou aumento da categoria, apresentamos as emendas para que essas gratificações que estão sendo transformadas em VPNI também possam efetivamente receber aumento.

A Emenda nº 24 aumenta o prazo para os servidores que forem acompanhar o esposo ou a esposa em algum tratamento particular sem receber proventos, a fim de que seja por mais cinco anos, prorrogável por mais cinco anos, totalizando dez anos. Isso acontece muito com esposas de militares que são transferidos para outros Estados. A esposa acompanha e muitas vezes ela tem de ficar lá por mais de cinco anos. Essa emenda é importante para que ela não perca o cargo.

A Emenda nº 83 garante ao servidor que trabalha 30 horas, quando nomeado para um cargo que tenha de trabalhar 40 horas, receber a diferença dessas horas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	42

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um destaque sobre as emendas do Deputado Rôney Nemer. Esse servidor que está no cargo efetivo e trabalha 40 horas tem de receber o pagamento das 40 horas. Os cargos efetivos já pagavam isso. Então, têm de ser pagas as 40 horas.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em bloco, as Emendas nºs 16, 23, 24 e 83.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, perdoe-me.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, V.Exa. não pode mais destacar.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu quero fazer um destaque, Sr. Presidente. Nós estamos procurando o número da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Nós estamos num processo de votação, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Para seguir a formalidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É a formalidade. É o rito de votação. V.Exa. conhece melhor do que eu o rito de votação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu não estou contrariando o rito de votação, Sr. Presidente. É que aqui nós precisamos primar por...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É outra emenda. Não tem nada a ver com as emendas que estão sendo apreciadas, que serão discutidas e votadas, Deputado Chico Leite. É preciso pegar aqui na Assessoria de Plenário o número da emenda para que possamos avaliá-la. *Ok?*

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois não. Aí eu posso fazer o destaque. É porque eu achei... Sr. Presidente, perdoe-me. Eu queria que V.Exa. me desculpasse. Eu não quero atrapalhar a votação, longe de mim! Sr. Presidente, todos os Deputados são extremamente educados. Eu jamais vou atrapalhar a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputado Chico Leite. Mas, se já passou o prazo de destaque de emenda, V.Exa. terá de se abster ou votar em contrário. É o que teremos que fazer. Eu não posso é mudar o rito de votação, senão vou rasgar o Regimento Interno.

V.Exa., inclusive, não poderia nem interromper. Nós estamos aqui discutindo as Emendas nºs 16, 23, 24 e 83, que foram destacadas pelo Deputado Rôney Nemer. S.Exa. e a Deputada Liliane Roriz discutiram. Agora, encerrada a discussão, nós vamos votar essas quatro emendas em bloco.

Em votação, em bloco, as Emendas nºs 16, 23, 24 e 83.

Os Deputados que aprovam as emendas destacadas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As Emendas nºs 16, 23, 24 e 83 estão aprovadas com a presença de 21 Deputados. Houve 7 votos contrários.

Deputado Chico Leite, só para esclarecer vou ler o Capítulo IX do Regimento Interno, que trata do destaque: "Art. 174. Em relação aos destaques, serão obedecidas as seguintes normas: I – o requerimento deve ser formulado até ser anunciada a votação da proposição, se o destaque atingir alguma de suas partes; II – não se admitirá destaque de emenda para constituição de grupo diferente daquele a que regimentalmente pertença; III – não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente; IV – o destaque será possível quando o texto destacado possa ajustar-se à proposição em que deva ser integrado e forme sentido completo; V – concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada; VI – a votação do destaque para constituição de projeto em separado precederá a deliberação sobre a matéria principal; VII – o pedido de destaque de emenda deve ser feito antes de anunciada a votação do grupo de emendas a que ela pertencer; VIII – havendo retirada do destaque, a matéria destacada voltará ao grupo a que pertencer."

Está explicado. V.Exa. não pode mais destacar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Passa-se à discussão e votação, em separado, da Emenda nº 53, de autoria do Deputado Wellington Luiz, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda destacada permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	44

A emenda está aprovada com a presença de 21 Deputados. Houve 8 votos contrários.

Item n.º 12:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 678, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade e concede remissão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”.

Aprovado o parecer favorável da CEOF, foi apresentada uma emenda de plenário.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 678, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade e concede remissão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”.

A emenda apresentada é de autoria do Deputado Olair Francisco.

Sr. Presidente, acolho a emenda, dando, portanto, prosseguimento ao entendimento do projeto de lei, pela emenda apresentada pelo nobre Deputado. Entendo que a referida emenda aperfeiçoa o texto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sobre o Projeto de Lei nº 678, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	45

2011, com fundamento no inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 678, de 2011, acatada a emenda apresentada na CEOF.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 678, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A Presidência informa que a proposição necessita de 16 votos para sua aprovação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/12/2011

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2011

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDH CDEP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 638/2011
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		22			2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 679, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável da CEOF, foi apresentada uma emenda de Plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda apresentada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda de plenário, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que modifica a palavra bônus, no seu art. 10, para abono.

A emenda está rejeitada.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao projeto e à emenda.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 679, de 2011, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

O parecer é pela rejeição da emenda.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	48

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 679, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 674, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “isenta do pagamento da Outorga Onerosa do Direito de Construir – ODIR e da Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT os empreendimentos que especifica e dá outras providências”.

Já foram aprovados os pareceres da CAF e da CEOF, só falta o da CCJ.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 674, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “isenta do pagamento da Outorga Onerosa do Direito de Construir – ODIR e da Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT os empreendimentos que especifica e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não há qualquer problema. A iniciativa do Executivo vem pelo instrumento próprio, de sorte que o projeto é admissível.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	49

Em discussão o Projeto de Lei nº 674, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. Esta proposição necessita de 16 votos para sua aprovação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	50



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/12/2011

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2011

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 674 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		21			3	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Joe Valle*

CONSOLIDADO POR

Daus
ASSINATURA

12079
MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência do Projeto de Lei nº 647, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de lei nº 623, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – devido nas prestações de serviço de comunicação, nas condições especificadas pelo Convênio ICMS 81, de 5 de agosto de 2011”.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. Esta proposição necessita de 16 votos para a sua aprovação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	52



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/12/2011

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2011

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER ÀS EMENDAS :AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 623/11 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		22			2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Joe Valle*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA *Duis*

MAT. 12079

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 623, de 2011.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 619, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008, que dispõe sobre competências, composição e funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – CONSEA-DF”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais já está aprovado.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 619, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008, que dispõe sobre competências, composição e funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – CONSEA-DF”.

Sr. Presidente, a presente proposição altera a Lei Distrital nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008, que dispõe sobre competência, composição, e funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – CONSEA-DF, propõe a instituição da CAISAN-DF – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal –, além de prescrever maior integração e organicidade do sistema, tanto em âmbito local, como também em relação à estrutura do programa do plano nacional.

Dessa forma, somos, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 619, de 2011; rejeitadas as três emendas e a subemenda apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais.

Este é o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	54

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 619, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 618, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – devido nas prestações de serviço de televisão por assinatura, nas condições especificadas pelo convênio ICMS 53/09, de 3 de julho de 2009”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Há um requerimento que solicita o adiamento da votação deste projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve um acordo com o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Não é porque S.Exa. não está presente, que eu não honraria esse entendimento com o Deputado Agaciel Maia. Em nome da Liderança do Governo, houve entendimento no sentido de postergar a matéria. Portanto, no próximo ano, apreciaremos a matéria.

Portanto, Sr. Presidente, esse foi o entendimento que fizemos com o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wasny de Roure, vou acatar o encaminhamento de V.Exa., mas compete à Presidência definir a Ordem do Dia, os projetos que devem ou não ser votados; e não em função do acordo que foi feito na CEOF. O presidente da CEOF decide, como eu falei ontem, os projetos da CEOF e compete ao Presidente da Casa a Ordem do Dia para votação em plenário.

Vou acatar a solicitação de V.Exa. e dos demais Parlamentares que solicitaram, não havendo, inclusive, necessidade de votação do requerimento.

Item nº 5:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	55

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 509, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, e dá outras providências”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito destaque de um substitutivo encaminhado inclusive na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Peço destaque para que seja lido em plenário.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Liliane Roriz, nós vamos inverter. Vamos começar pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, já que vai ser apresentado um substitutivo. Posteriormente, V.Exa. dá o parecer pela Comissão de Assuntos Sociais ao substitutivo.

Enquanto trazemos o substitutivo para ser apreciado, apreciaremos o próximo item.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece índices de ocupação e uso do solo para o Parque de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no Polo 7 do Projeto Orla, Trecho 3 do Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

Aprovado parecer favorável da Comissão de Assuntos Fundiários na forma do substitutivo. Foram apresentadas três emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece índices de ocupação e uso do solo para o Parque de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no Polo 7 do Projeto Orla, Trecho 3 do Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

O objetivo da criação do referido parque é fomentar a implantação e otimizar a capacitação científica de centros de referência em desenvolvimento humano, pesquisa, estudos, ensino, educação e saúde do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	56

Diante de todo o exposto, vota-se, no âmbito da CCJ, pela admissibilidade do Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2011, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Fundiários, acatando-se as Subemendas de Plenário nºs 3 e 2, de 2011.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ.
(Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente parabenizar esta Casa e, em especial, o Deputado Cláudio Abrantes. Esse projeto veio do Executivo com vários erros, inclusive repetindo um projeto encaminhado a esta Casa pelo então Governador Arruda. O Governador Arruda encaminhou para cá, em 2008, um projeto que desvirtuava todo o projeto inicial que era o Projeto Orla. Esse projeto tramitou durante dois anos. Essa Casa debateu sobre ele, retirou quase todos os itens e deixou apenas um. Votado este ano e encaminhado ao Governador Agnelo, foi vetado, e falou-se que nem atividade de televisão digital poderia haver naquele local. O mais engraçado é que o próprio Governo do Distrito Federal encaminha um projeto para cá novamente, neste ano, que é cópia idêntica do projeto do Governador Arruda.

Eu quero aqui parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes, que pegou este projeto, Deputada Eliana Pedrosa, e o melhorou. Eu posso aqui dizer, Deputado Cláudio Abrantes, que V.Exa. fez quase todas as correções. O que precisava ser feito, com que a nossa assessoria também concordou, nós emendamos no projeto. E aqui eu queria agradecer a V.Exa., a todos os técnicos do governo, e mostrar que esta Casa está atenta e melhorou o projeto. Eu acredito que, hoje, o projeto vai dar àquele parque a destinação para a qual ele foi criado, que é realmente o conhecimento, bem como a capacidade de o Distrito Federal crescer na área de tecnologia, na área de centro de referência.

Eu queria parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes com muito carinho mesmo, viu, Deputado Cláudio? V.Exa. não criou objeção às nossas emendas.

Quero também agradecer ao Líder, Deputado Wasny de Roure, que encaminhou o assunto. Nós construímos nesta Casa, hoje, um projeto muito melhor do que o que tinha sido encaminhado, que era uma cópia idêntica ao projeto do Governador Arruda. Então, esta Casa, hoje, faz justiça e dá uma destinação correta ao Centro Tecnológico.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, para discutir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	57

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero concordar em parte com a Deputada Celina Leão, no que diz respeito a esse histórico. De fato, é um projeto em uma área extremamente nobre da cidade, em que nós estamos decidindo o futuro de Brasília, um projeto que, nesta Casa, sofreu uma substancial alteração.

Quero aqui cumprimentar, em primeiro lugar, o Deputado Cláudio Abrantes, que, com a assessoria do Wilson e da sua equipe, aprimorou esse substitutivo. Inclusive, no plenário, a Deputada Celina Leão entendeu por bem dar dupla contribuição ao projeto de lei, no sentido de deixar alguns aspectos mais evidentes.

Sr. Presidente, eu acho que esta Casa faz a diferença. A imprensa já criticava a Casa baseada no texto original, só que não está aqui para ver o texto final que vai ser deliberado, infelizmente.

Portanto, quero cumprimentar o Relator, cumprimentar a Deputada Celina Leão, que, muitas vezes de maneira acalorada, deu uma contribuição importante, sobretudo por meio da sua assessoria, o Sandro e outros que contribuíram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas de plenário. O parecer sobre o projeto já foi apresentado na comissão.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece índices de ocupação e uso do solo para o Parque de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no Polo 7 do Projeto Orla, Trecho 3 do Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

Naturalmente, não estamos na fase de discussão, mas quero agradecer as palavras da Deputada Celina Leão, assim como as do Líder, e estender os elogios a todos os membros da Comissão de Assuntos Fundiários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	58

Foram apresentadas duas subemendas de plenário, a nº 1 e a nº 2, de autoria da Deputada Celina Leão, da Deputada Eliana Pedrosa, da Deputada Liliane Roriz, do Deputado Washington Mesquita e de outros.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, não havendo, Sr. Presidente, nenhum óbice, eu acato as duas subemendas de plenário de autoria dos referidos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2011, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	59



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/12/2011

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2011

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 26/2011
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RONEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		22			2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEF. Joe Valle

CONSOLIDADO POR DAIS

ASSINATURA

MAT. 12079

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 509, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, e dá outras providências”.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que profira parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 509, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, e dá outras providências”.

O parecer é favorável ao projeto na forma do seguinte substitutivo:

“Art. 1º – Os Arts. 2º, 4º, 6º, 11, 12 e 13 da Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º – O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, CDCA-DF, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações do Distrito Federal em todos os níveis de garantia dos direitos da criança e do adolescente, vincula-se administrativamente à Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal, que proporcionará os meios necessários ao seu efetivo funcionamento, preservada a sua autonomia conforme se dispõe no art. 88, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, e na Resolução nº 105, de 15 de junho de 2005, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONADA.’

‘Art.4º – O CDCA-DF está composto por 30 membros titulares e respectivos primeiro e segundo suplentes assim especificados:

I – Quinze representantes do Poder Executivo, sendo garantidas as representações nas seguintes áreas: a) direitos humanos; b) assistência social; c) educação; d) saúde; e) cultura; f) esporte; g) juventude; h) infância e adolescência; i) governadoria; j) turismo; k) planejamento, orçamento e fazenda; l) articulação com o Entorno; m) assistência judiciária; n) mercado de trabalho; o) mulher.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	61

II – Quinze representantes de organizações representativas da sociedade civil, legalmente constituídas, sendo pelo menos uma vaga destinada às seguintes categorias: a) representantes de entidades que atuem na área de atendimento direto à infância e adolescência do Distrito Federal há mais de um ano e com registro no CDCA-DF; b) representantes de entidades de classe que atuem na área da criança e do adolescente do Distrito Federal; c) representantes de entidades de estudo, pesquisa e defesa de direitos que atuem no Distrito Federal há mais de um ano.

Parágrafo Único. Caberá ao Governador do Distrito Federal definir as Secretarias de Estado que representarão cada área de atuação das representações do Poder Executivo e, juntamente com seus respectivos responsáveis, definir a indicação dos representantes, titulares e suplentes.'

'Art. 6º – As organizações representativas da sociedade civil com assento no CDCA-DF terão mandato de três anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único. Os conselheiros representantes da sociedade civil tomarão posse no mês de dezembro do ano em que se realizarem as eleições e assumirão suas funções em janeiro do ano subsequente.'

'Art. 11 – O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá seu Presidente e Vice-Presidente, que serão designados pelo Governador do Distrito Federal para mandato de um ano na primeira reunião ordinária após a assembleia de que trata o art. 5º desta lei, garantida a alternância entre poder público e sociedade civil, conforme estabelecido em seu Regimento Interno.'

'Art. 12 – O CDCA-DF terá a seguinte estrutura funcional:

- I – Plenário;
- II – Presidência e Vice-Presidência;
- III – Diretoria Executiva;
- IV – Comissões Temáticas e Especiais;
- V – Secretaria Executiva.

§ 1º – Os integrantes da Secretaria Executiva serão indicados pelo Plenário e nomeados pelo Governador.

§ 2º – O Regimento Interno estabelecerá a estrutura de funcionamento do CDCA-DF e de suas instâncias, observadas as disposições desta lei.'

'Art. 13 – Compete ao CDCA-DF:

I – formular, acompanhar e controlar a política distrital de proteção integral de direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades, editando normas legais e fiscalizando as ações de execução, com base nas diretrizes estabelecidas na Conferência Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como no seu Plano de Trabalho bianual, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, leis distritais e normas gerais estabelecidas pelo Conanda.'''



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	62

Sr. Presidente, a conclusão do parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo, até porque tivemos um amplo debate sobre esse projeto com promotores, com o Ministério Público, com a Promotoria da Criança e do Adolescente e com o próprio Executivo, também.

Portanto, o parecer é pela aprovação, na forma do substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apresentei um pedido de destaque porque tenho um voto em separado. Solicito autorização para apresentar voto em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar voto em separado.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 509, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, e dá outras providências”.

É o seguinte o voto em separado do Deputado Chico Vigilante:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	63



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº _____, DE 2011

Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre Projeto de Lei nº 509, de 2011, de autoria do Executivo, que "Altera a Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho dos Direitos a Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, e dá outras providências".

Autor do Projeto: Poder Executivo

Voto em separado: Dep. Chico Vigilante

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Governador tem as seguintes finalidades:

- 1ª) vincular o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA à Secretaria de Estado da Criança;
- 2ª) aumentar de 20 para 30 o número de conselheiros;
- 3ª) tirar da Lei 3.033/2002 os nomes das Secretarias, que mudam a cada Governo, e colocar as áreas temáticas que devem estar representadas no Conselho, deixando ao decreto governamental a incumbência de definir os órgãos que devam ter representantes no CDCA;
- 4ª) criar um comitê consultivo do CDCA;
- 5ª) garantir que os conselheiros tenham suas faltas justificadas quando em atividades no Conselho.

A Relatora pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar apresentou um substitutivo, mantendo, com exceção de um artigo, o mesmo texto proposto pelo Poder Executivo, sem alterações. No entanto, inseriu matérias novas, com as seguintes finalidades:

- 1ª) atribuir ao CDCA função de órgão formulador das políticas e ações do DF sobre os direitos da criança e do adolescente;
- 2ª) extinguir a figura do presidente e vice-presidente do Conselho e criar a figura do coordenador e vice-coordenador do Conselho;
- 3ª) excluir a lista tríplice dos nomes para Presidência e Vice-Presidência do Conselho;
- 4ª) reduzir para um ano o mandato do Conselheiro, que é de dois anos;
- 5ª) criar na estrutura do Conselho a Coordenação e Vice-Coordenação, a Diretoria Executivo e as Comissões Temáticas;
- 6ª) reformular integralmente as atribuições do CDCA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	64



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

II – VOTO EM SEPARADO

A matéria encontra-se nesta Comissão desde o dia 2 de setembro de 2011, embora esteja em regime de urgência constitucional, isto é, deveria ter sido aprovada em Plenário até o dia 17 de outubro deste ano. Não o foi.

E, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, foi apresentado um substitutivo

Pelo art. 146, § 2º, do Regimento Interno, o Substitutivo é a emenda que objetiva substituir integralmente uma proposição ou as proposições que tramitem em conjunto.

O Substitutivo apresentado ao Projeto, no entanto, não atendeu a esse preceito regimental, uma vez que reproduziu, sem alteração, o texto do Projeto do Executivo. Sua finalidade foi trazer para discussão matérias estranhas ao Projeto de Lei, que com ele não guardam pertinência temática.

Vejamos:

- 1) O Substitutivo copia o texto do Governo para nele inserir matérias novas.
- 2) O único artigo do texto do Governo que o Substitutivo modifica é o art. 2º, mas o faz com equívocos, pois:
 - a) Não cabe ao Conselho formular as políticas e ações do Governo voltadas para as crianças e adolescentes. Essas políticas e ações são de responsabilidade do Governador, eleito democraticamente também para isso. No Governo atual, o Decreto 32.716, de 1º/1/2011, criou a Secretaria de Estado da Criança, justamente para atuar na articulação dos programas e projetos destinados à proteção, defesa e promoção da criança. Não se pode tirar da Secretaria essa competência.
 - b) A parte final do texto é dissertativa e não normativa, o que contraria a técnica legislativa. Além disso, incorpora ao texto da Lei, por remissão, resolução do CONANDA, norma de natureza infralegal, o que retira competência do Distrito Federal para legislar sobre a matéria.
- 3) O Substitutivo traz para dentro do Projeto assuntos que nele não estão tratados, incorrendo em vício de iniciativa, pois o Poder Legislativo não pode, a pretexto de emendar um projeto, cuidar de matéria não tratada nele. Por reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, as emendas do Legislativo a projetos do Executivo têm de guardar pertinência temática.
- 4) Na alteração proposta ao art. 11 da Lei 3.033/2002, o Substitutivo retira competência do Governador e reduz o mandato do Conselheiro, o que não parece oportuno. Se o Governador não propôs isso, não cabe ao Poder Legislativo diminuir prerrogativas que a Lei a ele assegurou.
- 5) Na alteração proposta ao art. 12 da Lei 3.033/2002, o Substitutivo cria uma Diretoria Executiva do Conselho, o que implica a criação de despesa proibida, quer porque a Constituição Federal (art. 63) veda o aumento da despesa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	65



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

prevista em Projeto do Executivo, quer porque o Substitutivo não estimou o impacto da despesa nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6) Na alteração proposta ao art. 13 da Lei 3.033/2002, o Substitutivo redefine integralmente as atribuições do Conselho da Criança e do Adolescente. Não constam do PL do Governador alterações nessa matéria, que é de iniciativa privativa dele. Não pode o Poder Legislativo, sem violar a Constituição Federal, invadir essa competência privativa.

7) Os principais objetivos das alterações nas atribuições do Conselho é retirar do Governo a formulação das políticas para a criança e o adolescente. Só que, na democracia representativa como a nossa, cabe ao Governador, democraticamente eleito, a formulação de todas as políticas governamentais. Os conselhos e demais órgãos do Governo servem para auxiliá-lo na tomada de decisões. Não o inverso.

8) Entre as inovações nas atribuições sugeridas no Substitutivo, está a de os Conselheiros viajarem pelo País para participar de eventos e fazer cursos de capacitação. Trata-se de criação de despesa proibida pela Constituição em projeto de lei de iniciativa do Executivo, além de não observar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

9) O Substitutivo também atribui ao Conselho a competência para estabelecer normas gerais, além de adotar como normas de cumprimento obrigatório pelo Poder Executivo as diretrizes estabelecidas na Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Plano de Trabalho. Ocorre que, no Serviço Público, os gestores são obrigados a cumprir a lei – princípio constitucional da legalidade – e não o que decidiu uma conferência.

10) Além disso, as campanhas publicitárias do Governo, promovidas por órgãos especializados do Poder Executivo, passariam, se o Substitutivo fosse aprovado, para o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que não me parece oportuno.

Desse modo, entendo que o Projeto de Lei nº 509, de 2011, deve ser aprovado na forma como foi apresentado pelo Poder Executivo, sem o Substitutivo apresentando pela Relatora.

Sala das Comissões, de dezembro de 2011.

DEPUTADA CELINA LEÃO
Presidente


DEPUTADO CHICO VIGILANTE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	66



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LILIANE RORIZ

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
EMENDA N. *01* (MODIFICATIVA)
(Da Relatora - Deputada Liliane Roriz)

AO PROJETO DE LEI Nº. 509, de 2011,
que "altera a Lei n. 3.033, de 18 de
julho de 2002, que dispõe sobre o
Conselho dos Direitos da Criança e do
Adolescente do Distrito Federal – CDCA-
DF, e dá outras providências".

Fica alterado o art. 1º da proposição em epígrafe, especificamente no
trecho em que altera o caput do inciso II, do art. 4º, da Lei 3.033, de 18
de julho de 2002, passando a ter a seguinte redação:

Art. 4º.....

.....
II – 15 (quinze) representantes de organizações representativas da
sociedade civil, legalmente constituídas, destinadas às seguintes
categorias, sendo pelo menos uma vaga para cada uma delas:

.....

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva garantir que os representantes de organizações representativas da sociedade civil que integrem o CDCA-DF sejam escolhidos apenas entre entidades que militem especificamente nas áreas específicas previstas na Lei n. 3.033, de 2002.

A possibilidade de inclusão de representantes que integrem entidades que não atuem no atendimento à infância e a adolescência ou entidades de estudo, pesquisa e defesa de direitos fragiliza sua atuação e abre perigoso precedente para o desvirtuamento e enfraquecimento do CDCA-DF.

Sala das Comissões,


Dep. Liliane Roriz

PRTB



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	67



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LILIANE RORIZ

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
EMENDA N. (MODIFICATIVA)
(Da Relatora - Deputada Liliane Roriz)

AO PROJETO DE LEI Nº. 509, de 2011,
que "altera a Lei n. 3.033, de 18 de
julho de 2002, que dispõe sobre o
Conselho dos Direitos da Criança e do
Adolescente do Distrito Federal – CDCA-
DF, e dá outras providências".

Fica alterado o art. 3º da proposição em epígrafe, passando a ter a seguinte redação:

Art. 3º As alterações dos representantes do Poder Executivo e das organizações representativas da sociedade civil, bem como a complementação das vagas de que tratam a presente lei ocorrerão por ocasião da próxima eleição para o CDCA-DF.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva garantir a normalidade do funcionamento e da representatividade do CDCA-DF durante a transição entre a situação atual e a realidade proposta pelo presente projeto.

Observe-se que com a aprovação do PL será necessária a complementação do número de representantes, bem como ocorreu alteração na distribuição interna das vagas entre as categorias das organizações da sociedade civil e do Poder Executivo.

A regra proposta (art. 3º), de complementação imediata da representação da sociedade civil utilizando-se o resultado da última eleição, inclusive com a possibilidade de aproveitamento de candidatos eleitos fora das categorias em que foram votados, atenta contra a normalidade do processo eletivo do conselho.

Ao criar norma nova que dá posse a representantes não eleitos no número de vagas e pelas normas existentes na oportunidade do pleito, se configura nomeação biônica, incompatível com a legalidade e o regime democrático, que entendemos deve ser o guia de tal escolha de representação.

Sala das Comissões,


Dep. Liliane Roriz

PRTB



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, Deputado Chico Vigilante.

Esta Presidência vai orientar como será o procedimento de votação, pois existe a confusão de alguns Parlamentares aqui. Na verdade, nós vamos votar não o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Nós vamos votar o voto em separado. Se o voto em separado for rejeitado, fica valendo o parecer, que é o substitutivo. Se o voto em separado for aprovado, deixa de valer o substitutivo. Lembro a vocês que o voto em separado é o projeto que veio do Executivo e o substitutivo é o projeto apresentado pela Deputada Celina Leão.

Em discussão o voto em separado apresentado pelo Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que, nas duas últimas reuniões da comissão, inclusive com a ausência do Deputado Chico Vigilante, estiveram presentes o Conselho do Direito das Crianças e dos Adolescentes e o Ministério Público.

Realmente, o projeto veio a melhorar o projeto do Executivo. Há um entendimento do Ministério Público de que nós precisamos melhorar essa legislação porque ela deixa lacunas. O entendimento não é diminuir a autonomia do Poder Executivo.

Sobre a possível inconstitucionalidade ou a mudança do projeto em profundidade, esta Casa acabou de demonstrar num projeto aqui relatado pelo Deputado Cláudio Abrantes que mudou essencialmente todo o projeto. Isso mostra que, quando há vontade política desta Casa, nós podemos melhorar os projetos em todos os seus artigos. Isso acabou de acontecer aqui no projeto do Deputado Cláudio Abrantes.

Eu só queria dizer que não foi nada planejado ou pensado somente pela Deputada Celina Leão. Isso aqui foi discutido com o Conselho da Criança e do Adolescente, foi discutido com o Ministério Público do Distrito Federal, com a Promotoria da Criança e do Adolescente.

É uma pena que o Deputado Chico Vigilante não tenha participado das reuniões e tenha trazido neste momento um voto em separado porque não participou das reuniões, até porque poderíamos ter chegado a um projeto bem melhor, de acordo, inclusive, com o próprio Poder Executivo, com o próprio Governo.

Então, será uma pena se não conseguirmos aprovar o projeto na integralidade, porque ele tem aqui as reivindicações do Conselho e do Ministério Público do DF, da Promotoria da Criança e do Adolescente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	69

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ora, se há alguém nesta Casa que tem o maior respeito pelo Ministério Público, sou eu. Eu não tenho a menor dificuldade de fazer esse debate, como também o próprio Conselho. Eu, na realidade, não apenas convidei, eu estive em reunião do Conselho. Quer dizer, para mim a trajetória política foi desde o início do debate dos conselhos tutelares.

Essa matéria faz parte da minha vida diária, inclusive, com pessoas como a própria Deputada Luzia de Paula – a quem, com todo respeito, caberia ser a relatora pela larga experiência nesse sentido. Eu tenho um grande respeito pela Deputada Celina Leão, até porque não tenho a menor dúvida de que ela é uma das mais eloquentes e corajosas Parlamentares nesta Casa e faz o debate. Nesse sentido, é um grande processo de aprendizado, mas, com todo respeito, Deputada Celina Leão, é prerrogativa do Poder Executivo. É prerrogativa a iniciativa, como é prerrogativa do próprio Ministério Público vir a questionar o resultado do projeto de lei. É uma outra forma de se ter o controle de constitucionalidade, de se ter o controle social. Em particular nesta área, o Ministério Público tem uma larga experiência, como também têm os integrantes do Conselho da Defesa da Criança e do Adolescente.

Ocorre que também o Governo tem o acúmulo da matéria, seja porque acompanha o sistema educacional, seja porque acompanha os infratores, seja porque o Governo tem a rede de apoio social, seja porque o Governo tem uma série de convênios com entidades sociais no sentido de complementar as ações dele. Esse processo de enfraquecimento do papel do Estado não é a melhor forma de contribuir, e em particular para o Poder Legislativo. Isto, sim, é se posicionar com o compromisso, com o acúmulo diário, diuturno, num processo de fortalecimento do direito da criança e do adolescente.

Pelo contrário, Sr. Presidente, na nossa legislação, inclusive recentemente questionada, principalmente no Congresso Nacional, do direito da criança e do adolescente, tem se levantado um debate extremamente complexo e difícil, principalmente para aqueles que vêm de uma larga trajetória de esquerda e de envolvimento em movimentos sociais, quando se tenta criminalizar, quando se tenta reduzir a idade para a penalização do adolescente. Portanto, esta é uma tarefa que caberá ao governo, porque é o governo que responde em ação civil pública. O Ministério Público é um dos mais proeminentes formuladores de ação civil pública contra o Estado.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero pedir apoio ao voto em separado do Deputado Chico Vigilante, entendendo que ele, na atual conjuntura, expressa o melhor interesse. Consequentemente, nessa caminhada, nós iremos aprimorar.

Sr. Presidente, muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	70

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Lembrando que é o voto em separado do Deputado Chico Vigilante. Eu vou esclarecer, então, o que eu já tinha esclarecido.

Foi dado o parecer pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Foi apresentado o substitutivo. O Deputado Chico Vigilante apresentou um voto em separado.

Foi feita a discussão e nós vamos votar o voto em separado. Se o voto em separado prevalecer, fica valendo o projeto, e o substitutivo perde o sentido. Se o voto em separado do Deputado Chico Vigilante for derrotado, rejeitado, prevalece o substitutivo que foi apresentado pela Relatora na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Então, deve ser apreciado o voto em separado.

Em discussão o voto em separado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o voto em separado permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O voto em separado do Deputado Chico Vigilante está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 19 votos favoráveis e 3 votos contrários.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha posição, porque fui Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e sempre trabalhamos em consonância com o Ministério Público da Infância e da Adolescência.

Eu, pessoalmente, tive oportunidade de conversar com a Dra. Luísa de Marillac. Ela me informou que todos os avanços que importantes de serem implementados no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente já haviam sido encaminhados à Deputada Celina Leão pelo Dr. Otto.

Então, em respeito a esses profissionais e por que acredito em todas as propostas por eles encaminhadas, o meu voto foi a favor do substitutivo apresentado pela Deputada Celina Leão, que, quero registrar, fez um belíssimo trabalho ao compor esse substitutivo com muita isenção e com foco nas crianças e nos adolescentes, principalmente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	71

Esse não foi um substitutivo feito com viés de Oposição, ele foi construído com o Ministério Público, com o próprio Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, verificando e ouvindo realmente as entidades. Portanto, foi um projeto bastante debatido, houve a oportunidade de se chegar a esse produto com muita maturidade, com muita isenção e com muita transparência.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigada, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra a Deputada Celina Leão para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria deixar registrado que, quando fui procurada pelo Ministério Público, os próprios promotores que nos visitaram colocaram que já existia o entendimento e o encaminhamento com o Executivo. Na conversa que tivemos, inclusive, argumentaram que estaria de acordo o próprio Governador Agnelo. Então, acredito que deixamos uma oportunidade de ampliar e melhorar o projeto. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente também fez contribuições valorosas.

Esta Casa em determinado momento terá de corrigir os erros, o que ficou de fora do projeto, pois ele realmente poderia ter sido melhorado.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Deputada Eliana Pedrosa, em sessões ordinárias anteriores, fez um requerimento em que solicitou que o projeto passasse pela Comissão de Assuntos Sociais.

Então, Deputado Wellington Luiz, acatamos o requerimento da Deputada, e a Comissão de Assuntos Sociais vai proferir o parecer. Posteriormente, a Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade.

A Presidência designa a Deputada Liliane Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 509, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF e dá outras providências”.

Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 509, de 2011, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais. Acatamos as duas emendas que apresento como Relatora.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	72

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 3 votos contrários, das seguintes Deputadas: Deputada Celina Leão, Deputada Eliana Pedrosa e Deputada Liliane Roriz. Houve 19 votos favoráveis.

A Presidência designa Deputado Wellington Luiz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 509, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.033, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF e dá outras providências”.

O parecer desta comissão é pela admissibilidade. Acatada a Emenda nº 1 da CAS, e rejeitada a Emenda nº 2 da CAS.

É assim que nos manifestamos, Sr. Presidente. Esse é o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	73

Declaro prejudicado o destaque do Deputado Chico Vigilante ao PL n.º 509, de 2011.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final do Projeto de Lei n.º 369, de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei n.º 369, de 2011, de autoria dos Deputados Washington Mesquita e Joe Valle, que “dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante 30 minutos.

Convido os Deputados para irem à sala de reunião ao lado do plenário para fecharmos o acordo sobre o restante da pauta de votação e votarmos, em segundo turno, as matérias desta sessão extraordinária, que foram votadas na sessão ordinária, para que possamos encerrar os trabalhos antes da meia-noite, votando, em segundo turno, a LOA.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 22h18min, a sessão é reaberta às 22h49min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	74

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estão presentes 22 Parlamentares. Portanto, há *quorum* para discussão e deliberação.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “revoga a Lei Complementar nº 52, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a compensação de créditos líquidos e certos devidos pelo Distrito Federal, suas autarquias e fundações com créditos tributários de competência do Distrito Federal”.

Aprovado parecer favorável da CCJ. Foram apresentadas duas emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, para proferir parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto e às emendas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós fechamos um acordo e o precatório ficou para 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É verdade. Desculpa. Nós fechamos um acordo com o Colégio de Líderes e esse projeto ficou para 2012. Ele é o PDOT. É porque está tudo na ordem, e você vai chamando... Estou perdoado? Não vou arder no mármore do inferno? Então tudo bem.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 688, de 2011, de autoria do Poder Executivo que “altera a Lei 2.652, de 27 de dezembro de 2000, que cria o Fundo de Aval do Distrito Federal – FA/DF’, e a Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR’.”

Não existem pareceres aprovados nas comissões. Solicito ao Relator da CEOF, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer sobre o projeto.

Aliás, já foi aprovado o parecer na CEOF, só falta o parecer da CCJ.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Joe Valle.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	75

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 688, de 2011, de autoria do Poder Executivo que “altera a Lei 2.652, de 27 de dezembro de 2000, que ‘cria o Fundo de Aval do Distrito Federal – FA/DF’, e a Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000, que ‘dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR’”.

É o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	76



QUARTO 95
EXTRAORDINÁRIA

PARECER /2011

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 688, de 2011, que "Altera a Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, que cria o Fundo de Aval do Distrito Federal – FA / DF, e a Lei 2.653, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR".

Autora: PODEER EXECUTIVO

Relator: Deputado

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 688, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que altera as Leis 2.652/2011 e 2.653/2011.

O art. 1º estabelece:

"Art. 1º Fica criado o Fundo de Aval do Distrito Federal – FA/DF, vinculado a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, com o objetivo de conceder garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras a aos fundos governantes do Distrito Federal para produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas do Distrito Federal e Entorno - RIDE que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – para produtores rurais:

- Não detenha, a qualquer título, área maior do que vinte módulos fiscais;
- Administrem sua propriedade com sua família;
- Tenham renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento, excluindo do cômputo

dt



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	77



total da renda os rendimentos provenientes de aposentadoria rural e benefícios sociais;

d) Residam na propriedade rural ou comunidade rural próxima;

II – para cooperativas:

a) Comprovem que pelo menos setenta por cento dos seus membros atendam aos requisitos do inciso anterior;

b) Comprovem o regular funcionamento de suas atividades perante o Governo DO Distrito Federal e o Governo Federal, na forma do estabelecido em resolução do Conselho Administrativo e Gestor do FA/DF; à produção e comercialização de produtos.

III – para os assentados da reforma agrária, comprovem condição de beneficiários do Programa de Reforma Agrária emitido pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária - INCRA.

A Mensagem nº 363/2011 – GAG, dirigida ao Presidente desta Casa de Leis justifica – se presente proposição que tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, de modo a melhorar as atuais condições de acesso ao Fundo de Aval que foi criado com a finalidade primeira de conceder garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão pronunciar-se sobre a admissibilidade da proposição, considerados seus aspectos constitucional, legal, regimental, redacional, de técnica legislativa, de acordo com o disposto no inciso I do art. 63 do Regimento Interno desta Casa.

A proposição em exame altera dispositivos da Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, que cria o Fundo de Aval do Distrito Federal – FA / DF, e a Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2.000, que dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	78



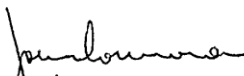
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Do ponto de vista da Juridicidade, o Projeto de Lei em comento encontra base na Lei Orgânica do Distrito Federal no sentido de que é de competência do Executivo submeter tal proposição a esta Casa.

De outro modo, não se vislumbra qualquer outro óbice de cunho constitucional que justifique nos posicionarmos desfavoravelmente.

Ante o exposto e sob os pressupostos de competência desta Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, concluímos pela ADMISSIBILIDADE do Projeto de Lei nº 688, de 2011 acatadas as emendas aprovadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Deputado
Presidente


Deputado
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2011	18h10min	46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	79

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência convocará sessão extraordinária para votação em segundo turno dos projetos aprovados em primeiro turno nesta sessão extraordinária, os que acabamos de votar aqui, os projetos do Executivo. O projeto do Detran é o ano que vem, Deputado Chico Leite.

Então, vou convocar sessão extraordinária e encerrar esta sessão extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22h55min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 5 – Suplemento, de 10/1/2012.